

A COMPLEXA SIMULTANEIDADE DA INTEGRAÇÃO E DISTINÇÃO ENTRE O URBANO E O RURAL: RETOMANDO UM DEBATE NO ESPAÇO DE METROPOLIZAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO¹

João Rua

Doutor em Geografia

Professor do Departamento de Geografia

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

joaorua@uol.com.br

Resumo

As mudanças nas relações sociedade-espaço colocaram em xeque as tradicionais divisões entre rural e urbano, cada vez mais indistintos, embora significativas diferenças persistam. Mas em que escala e até quando? Tentativas de acadêmicos e organizações oficiais para definir e delimitar as áreas urbanas e as rurais têm esbarrado em sérios problemas. Algumas vezes por que as distinções que estabeleceram mostraram-se arbitrarias, outras vezes por que superenfatizaram as diferenças entre essas duas partes/parcelas do espaço geográfico ou por que desconsideraram a diversidade do rural. Uma das abordagens atuais é perceber o rural e a ruralidade como construções sociais nas quais novas territorialidades são construídas e onde fronteiras precisas entre essas áreas (rurais e urbanas) ou características essenciais a elas atribuídas, não se constituem em objeto primordial de pesquisa. Pode ser observado que uma importante parte das urbanidades está dispersa nas áreas rurais. Os elementos obtidos nas abordagens atuais sugerem que uma outra dialética pode conduzir à ideia de “urbanidades no rural” considerando-as como manifestações em espaços híbridos nos quais urbano e rural interconectam-se e interagem em todas as formas de combinações. O objeto empírico é o Estado do Rio de Janeiro em seu interior, onde um intenso processo de urbanização tem lugar. Esse processo pode ser identificado em dois padrões: o primeiro toma a forma de múltiplos nós (cidades em redes locais), estrategicamente estabelecidas em regiões que polarizam. O segundo padrão (objeto central desta pesquisa) aparece formando eixos ao longo das principais rodovias que interconectam as cidades ligadas por eles. Esse processo complexo sinaliza uma crescente dissolução das distinções urbano-rurais e enfraquece os antagonismos pela presença e ação da metrópole do Rio de Janeiro sobre o território do estado e além dele.

Palavras-chave: Urbano, Rural, Relações Urbano-Rural; Urbanidades no Rural; Estado do Rio de Janeiro.

THE COMPLEX SIMULTANEITY OF INTEGRATION AND DISTINCTION BETWEEN URBAN AND RURAL: RESUMING A DEBATE ON A SPACE OF METROPOLIZATION IN RIO DE JANEIRO STATE

Abstract

The changing relationship between space and society has rendered traditional rural/urban divisions increasingly indistinct, although significant differences remain, but in what scale and for how long? Attempts by academics and official organizations to define and delimit rural and

¹ Este artigo é um resultado do projeto “Metropolização do Espaço e Transformação da Paisagem no Estado do Rio de Janeiro” desenvolvido no Departamento de Geografia da PUC-Rio entre 2008 e 2011 e financiado pela FAPERJ, a quem agradecemos o apoio.

urban areas have always run into problems, sometimes because the distinctions they have drawn have been rather arbitrary, sometimes because they have over-emphasized the differences between these two parts/parcels of the geographical space or because they have under-emphasized the diversity of the rural. One approach today is to see rural and rurality as social constructs in which new territorialities are built and precise boundaries around these areas or essential characteristics are not the only object of research. It can be argued that an important “slice” of contemporary urbanity can now be found in rural areas. The elements obtained in main approaches suggest that another dialectic may lead to the idea of “urbanities on rural areas” considering this ones as manifestations of hybrid spaces, in which the urban and rural intertwine and interact in all manners of combinations. The empirical object is Rio de Janeiro State in its hinterland where an intense process of urbanization takes place. That process may be identified in two main different patterns: the first one takes the form of multiple nodes (cities in networks) strategically scattered in regions that they polarize. The second pattern (central object of this research) appears forming axis along main roads that interconnect the localities linked by them. This complex process signalize to a growing dissolution of rural/urban distinctions and antagonisms weakened by the presence and action of the metropolis of Rio de Janeiro over the state territory and over there.

Keywords: Urban, Rural, Urban-Rural Relationship, Urbanities in Rural Areas, Rio de Janeiro State.

O objetivo geral deste trabalho² é continuar a reflexão teórica que vem sendo desenvolvida há cerca de dez anos sobre as relações urbano-rural. Outros objetivos são: analisar as transformações no espaço integradas à intensa urbanização do interior fluminense, que se desenvolve principalmente ao longo dos principais eixos viários; identificar as transformações mais recentes, especialmente aquelas ligadas ao preço da terra e sua respectiva tendência à comodificação; apontar os processos de hierarquizações e desigualizações socioespaciais produzidas pelo movimento desigual e combinado da acumulação de capital, bem como suas implicações nos processos de desterritorialização e reterritorialização enfatizando-se a região serrana fluminense.

Trata-se de um real multifacetado, onde um fenômeno não exclui os demais, representados simultaneamente por efeitos diferenciadores, integradores e distintos que continuam a nos desafiar do ponto de vista da sua apreensão teórica.

Muitas das formulações deste artigo já foram apresentadas anteriormente. Aqui servem de base para a contextualização da discussão teórica e de sua relação com o movimento do real. Esse real, em acelerada transformação, coloca, a cada momento, novos desafios, exigindo permanente

² Agradeço a contribuição de Matheus Cavalcanti Bartholomeu na feitura do mapa de “Eixos de maior densidade de urbanidades” e na revisão final do texto.

retomada de estudos anteriormente realizados embora sempre com argumentação renovada.

Durante muitos anos³ enquanto se faziam dezenas de trabalhos de campo com alunos de Geografia Agrária à Rodovia RJ-130, entre Teresópolis e Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, observava-se as intensas transformações que ocorriam naquela parcela do espaço geográfico. Trechos iam recebendo placas de “perímetro urbano” sem que nada parecesse alterado na paisagem em relação aos que não tinham esse qualificativo. Em outros locais, fora da estrada principal, observava-se que, de um lado da estrada secundária, pagava-se ITR enquanto do outro lado pagava-se IPTU. E nada se percebia de diferente de um lado para o outro. O adensamento da rede de transportes entre as localidades e a maior frequência de horários de ônibus foram evidenciando outras transformações. E as perguntas foram surgindo: afinal, eram áreas rurais ou urbanas? Como os habitantes dessas áreas se viam? E, aí, a complexidade do real foi-se impondo. Muitos se diziam rurais para pagar ITR, mas pleiteavam infraestruturas urbanas e, cada vez mais, adquiriam comportamentos antes considerados apenas urbanos (moda, horário de almoço mais tarde aos domingos, estética das construções). Começou a ficar evidente aquilo que mais tarde foi chamado de hibridez do espaço, plasmando uma multidimensionalidade cada vez mais presente.

E assim nasceu esta reflexão: como perceber um rural que se transformava, sem deixar de ser rural, apesar de incorporar cada vez mais atributos característicos das cidades? Foi assim que se iniciou a construção da ideia de urbanidades no rural, que tem marcado a análise que temos efetuado a respeito das relações urbano-rural. Uma análise que, desde logo, se mostrou crítica em relação ao que se observava, em que as relações de poder no espaço iam se explicitando em territorialidades dominantes e dominadas, em que as hierarquias sociais desigualadoras se expressavam em

³ Estes trabalhos foram realizados durante muitos anos com turmas de alunos de Geografia Agrária da PUC-Rio e, a partir de 1993, também com turmas de Geografia Agrária da UERJ e com o NEGEF - Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense - que, juntamente com o Prof. Gláucio Marafon fundamos e coordenamos, por mais de dez anos. Nesse Núcleo é que foram amadurecidas as ideias que vêm alimentando a pesquisa, desenvolvida na PUC-Rio desde 2006.

desigualizações espaciais, em que os atores sociais locais e extralocais foram mostrando as assimetrias de poder nas negociações que afetavam até mesmo a identidade dos habitantes das áreas em estudo. Para compreender tal situação foi necessário recorrer a uma teoria que auxiliasse na explicação de tamanha diversidade. Isso foi conseguido com a leitura geográfica da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado.

Essa área serviu de piloto para as demais áreas do Estado do Rio de Janeiro que fomos incorporando a nossas pesquisas – outras áreas da Região Serrana, Quissamã e o Norte e Noroeste Fluminenses, a Rio-Santos e Região da Costa Verde, a Costa do Sol e as Baixadas Litorâneas, A Rio-São Paulo e o Vale do Paraíba Fluminense. Enfim, a pesquisa foi-se ampliando e tornando-se mais complexa.

Neste artigo fazemos um pequeno retrospecto da reflexão até aqui efetuada e exemplificamos, mais uma vez, com alguns aspectos da Rodovia Teresópolis-Nova Friburgo, percebida como um eixo de grande densidade de urbanidades no rural. Desde já deixamos claro que a forma de eixos (ou qualquer outra) é evidência de um processo espacial que marca cada momento da sociedade. Os “eixos” apenas evidenciam a lógica atual do capitalismo neoliberal que estabelece usos diferenciados do espaço (urbano e/ou rural), fragmentando-o (desigualizando-o) e integrando-o a lógicas cada vez mais supralocais. A interiorização da economia fluminense, em forma de eixos, ganha contornos de estratégia do capital, num momento histórico em que a metrópole e o interior mais se integram à medida que se integram a essa lógica mais geral. A isso voltaremos mais à frente.

Pequeno histórico da reflexão

Há cerca de dez anos começamos a participar do debate sobre as relações urbano-rural, quando em Rúa (2002) apresentamos a ideia de que se percebia uma urbanização no rural ao invés de uma urbanização do rural, como diversos autores ainda advogam. Objetivávamos enfatizar que as relações urbano-rurais eram muito mais complexas do que as análises baseadas num novo rural homogeneizador apresentavam. Tentamos tratar da

discussão conceitual de rural e urbano, demonstrando como têm sido insuficientes tais conceituações e como a Geografia delas pouco vinha se ocupando. Demonstramos, ainda, como as concepções tradicionais não davam (e nem dão) conta das complexidades que marcam a atual organização do espaço geográfico e apresentamos algumas sugestões de incorporar “urbanidades no rural” como uma maneira de contemplar aquela complexidade. Manifestamos tal opção ao definir urbanidades como inovações transformadoras⁴, exemplificando-as com situações/exemplos que ajudariam na compreensão do movimento de integração cidade/campo e urbano/rural, sempre ressaltando os conflitos e contradições inerentes à lógica da acumulação capitalista. Novas técnicas de produção, novas formas de integração ao mercado, assentamentos rurais, indústrias, emancipação municipal, o modo de vida em ritmo influenciado pelo urbano etc. constituiriam alguns exemplos desse processo por nós denominado de urbanização no rural. Explicitou-se, ainda timidamente, a base teórica geral do trabalho: o desenvolvimento desigual do capitalismo, criticando seus efeitos desigualizadores e demonstrando como isso geraria novos espaços/territórios em áreas rurais, influenciados/marcados pela urbanização mas sem deixar de serem rurais. Concordamos, com outros autores, que seria necessário ultrapassar o corte tradicional rural/urbano em que a participação dos habitantes locais é efetivada a partir da ação das prefeituras e, na maioria das vezes, sem que se dê a ênfase necessária aos distintos produtores das novas territorialidades. Chamamos atenção para a necessidade de não considerar rural apenas o que não é urbano e sim buscar conceituações para um rural que se mostra integrado ao urbano, entretanto guardando especificidades. Estas se apresentam como uma ampla gama de transformações espaciais e territoriais em marcha e contribuem para a riqueza da Geografia, pois o espaço

⁴ Desde o início estivemos preocupados em não confundir nossa ideia de difusão de inovações transformadoras com aquela vinda das teorias neoclássicas. Em nossa abordagem sempre ficou claro que, a abordagem neoclássica não tratava das formas monopolistas de territorialização do capital que, em negociação assimétrica, integravam diversos espaços, atores e agentes. Ao falarmos de inovações transformadoras tratamos dessa assimetria mas, também, das possibilidades que esse movimento de difusão expressa no tocante às condições de satisfação das necessidades dos habitantes de áreas rurais, sintetizadas na ideia de direito às urbanidades no rural.

e o território se diversificam e, com isso, justificam, cada vez mais, seu estudo. Aí apresentamos um mapa dos principais eixos de urbanização no Estado do Rio de Janeiro, posteriormente modificado. Esse mapa já demonstrava nossa preocupação com a influência da rede de transportes na configuração territorial fluminense, como de resto em todo o país. Embora preocupados com as contradições socioespaciais que esse desenho em eixos evidenciava, pouco foi avançado em termos de análise dessas contradições.

Os autores que naquela ocasião davam sustentação às argumentações efetuadas eram: Ricardo Abramovay, Maria José Carneiro, José Graziano da Silva, Bernard Kaiser, Henri Lefebvre, François Poulle, Yves Gorgeu, Milton Santos e Neil Smith que, ora contestados ora apoiados, alimentaram a discussão e, acrescidos de outros, nelas continuam presentes. Lefebvre ainda pouco assimilado, na ocasião visto como indicador de uma urbanização do rural, compreensão que foi alterada posteriormente, quando a escala e a multiescalaridade foram incorporadas à reflexão.

Nas sucessivas retomadas da discussão fomos incorporando novas argumentações em favor da necessidade de tratar de maneira mais complexa as relações urbano-rurais.

Em Rua (2005; 2006; 2007) trabalhamos com os conceitos de território, territorialidades e escala. Múltiplas territorialidades explicitadas num rural cada vez mais complexo, composto por lugares de interações em que o interno e o externo estariam em permanente, embora assimétrica, negociação, formando territorialidades em devir. Numa visão lefebvriana de espaço urbano, encaminhamos nossa argumentação para as diferentes escalas do processo de produção/criação de urbanidades no rural. Numa escala mais ampla ocorreria uma urbanização difusa e comportamental do espaço, na qual o rural se “urbanizaria”, enquanto na escala do lugar ocorreriam leituras particulares desse processo mais amplo em que o rural se modificaria mas permaneceria rural. Definimos as urbanidades no rural como materialidades e imaterialidades que foram mais explicitadas nesses trabalhos. Falou-se, então, em um olhar focado na noção de urbanidades no rural, com ênfase na criação de novas

territorialidades, portanto centrado num processo em construção que ainda resta por definir.

Ao retomar a ideia de urbanidades no rural demonstramos que tal concepção foi formada a partir da constatação de que são socialmente construídas por suas relações de coexistência do urbano com o rural e por suas codeterminações, integrando o interno com o externo em cada lugar constituindo singularidades, fruto dessas interações. Pudemos ainda acrescentar que as urbanidades no rural carregam em si múltiplas ordens relacionais multiescalares e transescalares. Interessa-nos compreendê-las não como um simples desenho espacial e sim como evidência de reestruturações produtivas no espaço, das quais participam múltiplos agentes e atores (Estado, empresas, habitantes neorurais e agricultores), integrados a relações de poder hierarquizadoras, realizadas em diferentes escalas geográficas e nas quais se percebem novas divisões sociais e territoriais do trabalho. Assim a integração urbano-rural se daria subordinada à lógica da acumulação capitalista, marcando um novo momento dessa acumulação em que se ampliam as contradições e desigualdades.

Urbanidades no rural seriam todas as manifestações materiais e imateriais com caráter inovador em áreas consideradas rurais, sem que, por isso, fossem identificadas tais áreas como urbanas. Admitimos que o urbano, nesse sentido seria muito mais significativo do que as estatísticas (em qualquer método utilizado) demonstram – urbanização difusa, comportamental. O rural seria mais significativo estatisticamente (do que o que é demonstrado) em termos de materialidades e deficiência de infraestruturas. Portanto evidenciamos que o urbano na escala geral do território seria superior ao que as estatísticas demonstram, mas na escala dos lugares seria inferior àqueles percentuais, já que podem existir urbanidades em áreas rurais, sem que, por isso, tais áreas devam ser contabilizadas como urbanas. Nessa ocasião não se avançou mais nessa discussão.

Consideramos que as urbanidades poderiam ser constituídas por uma enorme gama de manifestações, que incluiriam, em seus aspectos materiais, a melhoria da infraestrutura e dos meios de comunicação, novas formas de lazer,

a segunda residência, as antenas parabólicas e o acesso à informação, o turismo, as indústrias em áreas rurais, o uso de bens de consumo coletivo, especulação imobiliária com novas características e o preço da terra, novas relações de trabalho, direitos trabalhistas, aposentadoria rural, dentre outros indicadores a relevar. Como aspectos mais simbólicos poderiam ser citados os valores antes predominantes nas cidades, a moda e a estética de feição urbana, a preocupação com a segurança, os costumes e os hábitos difundidos pela mídia que alteram sobremaneira a vida cotidiana rural. No dizer de Lefebvre (2001, p. 12), “uma racionalidade divulgada pela cidade”. Não há uma conotação valorativa (positiva ou negativa) de tais urbanidades já que são apenas evidências de um processo geral de integração do espaço que é marcado pelas relações de poder que caracterizam o momento atual de organização da sociedade, com seus conflitos e cooptações.

Começamos a construir a ideia de um direito ao urbano⁵ no rural. É claro, pelo já demonstrado, o urbano não seria restrito à infraestrutura mas também aos direitos e às melhores condições de vida mais comumente a ele associados. Trabalhou-se, ainda, com a perspectiva de que um estudo centrado nas urbanidades no rural poderia auxiliar na criação de políticas públicas de intervenção no espaço fluminense que levassem em consideração o momento atual de integração espacial dos territórios do antigo Estado do Rio de Janeiro e do da antiga Guanabara (expressas pelos eixos de maior adensamento de urbanidades), superando uma série de crises de construção da(s) nova(s) territorialidade(s). Ao mesmo tempo pensamos que também poderíamos instrumentalizar os agentes e atores locais a endereçar suas reivindicações em busca de um direito às urbanidades no rural, integradas a suas necessidades e escolhas.

O mapa anteriormente referido foi alterado em alguns aspectos do conteúdo e no nome, passando a denominar-se mapa dos eixos de maior adensamento de urbanidades para distinguir essa abordagem daquelas mais clássicas referentes à urbanização do território. O mapa evidencia as áreas de

⁵ Não se deve relacionar essa noção de direito ao urbano no rural com a posição, quase conceitual, de Direito à Cidade, defendida por Lefebvre. Trata-se apenas de uma analogia terminológica.

maior “fricção” entre visões de mundo que vão afetar a (re)construção permanente das identidades rurais, afetando, por conseguinte, a própria conceituação de rural. Nesse momento ficou delineada a relação desses eixos com a estratégia nacional do Programa Brasil em Ação na leitura do governo estadual de Marcelo Alencar ao promover o Plano Plurianual de Aplicação de Recursos (1996-1999) estabelecendo macroeixos do desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro. No mapa então apresentado, mostravam-se macroeixos intrametropolitanos, macroeixos interregionais e macroeixos costeiros. Como se percebe no mapa do Plano Plurianual, alguns dos chamados macroeixos não se consolidaram como tais, se é que algum dia existiram, mesmo embrionariamente. Ainda no referido mapa, havia macrozonas a integrar, a dinamizar e a reprogramar. Trata-se de áreas de povoamento tradicional (como de resto todo o estado fluminense) onde a constituição do meio mecanizado dá-se de forma pontual e pouco densa e a circulação de pessoas, produtos e informações é mais lenta do que nos eixos por nós estudados. A multiescalaridade da intervenção dos atores hegemônicos fica patente no planejamento dos novos investimentos que foram efetuados nesses eixos. Tal ação política reforçou nossa reflexão crítica à reestruturação espacial concernente aos pactos interelites na busca das condições ideais de acesso ao capital público.

Nessa fase percebe-se uma maior influência de Lefebvre (1980; 1986; 1999a; 1999b; 2001), Haesbaert (2004; 2005), Smith (1988) e Harvey (1996; 2006) – agora os principais interlocutores - além de alguns citados anteriormente. Espaço, território e escala evidenciam-se como os conceitos com os quais optamos por trabalhar daí em diante. Na empiria dialogamos com Natal (2004) e Davidovich (1999), principalmente.

A partir de 2010 e 2011 emergem duas preocupações fundamentais: o rural como parte integrante da totalidade-espaço em movimento, isto é, um espaço em se fazendo, de maneira permanente, desigual e combinada e uma outra preocupação em demonstrar as urbanidades no rural, como evidências da crescente unidade do espaço geográfico. Portanto é o espaço (sempre

territorializado) que permanece como conceito prioritário (isto é, mais explicitado) na análise efetuada.

O rural e o urbano constituiriam dimensões (faces) da totalidade-espço, ou, como passamos a referir, formas-conteúdo integradas a uma única espacialidade na qual as distinções (entre urbano e rural) são cada vez menos percebidas, na medida em que a mesma lógica capitalista integra, contraditoriamente e complementarmente, todo o espaço. Assim os discursos de valorização do urbano (material e imaterial) ou do rural (material e imaterial) e as manifestações da mercantilização atual do rural e da natureza apresentam-se participando da mesma concepção geral de sociedade e de espaço. Entretanto como cada parcela do rural (e do urbano) participa de maneira particular dessa totalidade-espço, a diferença/desigualdade se evidencia cada vez mais, contradizendo qualquer pretendida homogeneização principalmente nas escalas locais.

As ações dos agentes e atores produtores do espaço estão relacionadas às intencionalidades que se percebem em um permanente processo de totalização que faz com que os lugares, a cada movimento da sociedade, se recriem e se renovem. O motor desse movimento e, portanto da diferenciação/desigualdade espacial, é a divisão do trabalho (técnica e social), responsável por cada lugar construir um novo conteúdo e um novo sentido. A escala evidencia-se como elemento fundamental da análise, pois, se percebe o espaço como multidimensional (as diversas dimensões que o integram), híbrido de natural e social, multiescalar nas intencionalidades e nas ações no espaço. A escala vai ser percebida à maneira de Moore (2008), para quem a escala como categoria de análise auxiliaria a compreender a difusão “homogeneizadora” do consumismo capitalista sobre culturas locais.

Nos trabalhos mais recentes parece-nos cada vez mais difícil conceituar o rural e compreender os processos que lhe garantem distinção em relação ao urbano. Nesse aspecto, dialogando com Woods (2005, p. 15), concordamos que tem havido sérios problemas para delimitar, definir e compreender o rural. Em primeiro lugar por que as distinções têm sido estabelecidas de maneira muito arbitrária, ora por que superenfaticavam as diferenças entre cidade e

campo (e entre rural e urbano, acrescente-se) ora por que subenfatizavam a diversidade do campo (e do rural).

O rural e a ruralidade devem ser percebidos como construções sociais espacializadas, em movimento, mas tal dinamismo não tem sido capturado pelos dados estatísticos e pela malha administrativa, bastante fixos.

Assim, seguindo Woods (2005, p. 15) contrariando muitos geógrafos, não há fronteiras precisas que delimitem rural e urbano; contrariando muitos sociólogos, não existem características essenciais para definir o rural. Os autores que mais influenciaram a análise nessa etapa, além dos anteriormente citados, foram, por exemplo: M. E. Sposito (2006), Dematteis (1998), Massey (2000 e 2008) e Woods (2005, 2007, 2009 e 2012). Entretanto a base estruturante do pensamento antidicotômico vem de Martins (1981) e, antes dele, de Francisco de Oliveira, na crítica à razão dualista, dentre outros. Martins lembra que a crítica às teses dualistas/dicotômicas (moderno-tradicional, velho-novo, urbano-rural) já vem de longe e devem ser contextualizadas historicamente. Não pretendemos “reinventar a roda” ao levantar a ideia de espaço-totalidade evidenciada na análise dos eixos de maior adensamento de urbanidades no rural. Queremos apenas inscrever-nos nessa longa linhagem crítica às dicotomias que marcaram/marcam a análise espacial e que ressurgem, a todo momento, juntamente com outros reducionismos.

O estado atual da reflexão

Como já bastante relatado, o estado do Rio de Janeiro é fortemente marcado pelos efeitos da metropolização irradiados a partir de seu núcleo metropolitano. Tais efeitos refletem-se principalmente no conjunto do estado, afetando (dentre outras manifestações) as interações urbano-rurais, criando novas territorialidades – frutos de tais interações. Para nós a metropolização integra o espaço mais amplo, difundindo os “códigos metropolitanos”, seus valores e signos pela área de influência da metrópole, particularmente ao longo de determinados eixos viários.

Apoiamos nossa argumentação sobre a metropolização do espaço em Lencioni (2003, p. 35) quando escreve que:

Esse processo de metropolização imprime ao território características que até então eram exclusivas da região metropolitana. Essas características fazem com que não só as práticas sociais, mas, inclusive as identidades dos lugares fiquem sujeitas aos códigos metropolitanos.

A ideia de metropolização corresponderia a uma organização espacial integrada à lógica atual da acumulação capitalista⁶ na qual o espaço ganha uma dinâmica que ultrapassa a da aglomeração (complexos urbano-industriais, megalopolização), como observado em períodos anteriores. Nas últimas décadas estabeleceu-se uma dinâmica em que se identifica uma espécie de desconcentração concentrada, como desenho espacial, que poderia integrar-se à ideia de que a metrópole está em todos os lugares e ao mesmo tempo (SANTOS, 1993, p. 90), embora hierarquizando os subespaços, de acordo com o poder de decisão e da localização dos atores decisivos nesse processo de movimento do/no espaço. A interiorização⁷ fluminense, em suas distintas faces (econômica, política, cultural) estaria integrada a essa desconcentração metropolitana que associamos a estratégias do capital as quais, através de seus atores e agentes hegemônicos (em conflitos mais evidentes ou mais velados com os hegemonzados), desenvolvem ações que conformam o espaço, adequando-o a cada momento daquela acumulação, da qual se destaca, nos dias atuais, a dimensão econômico-financeira.

⁶ Como já escrevemos em Rua (2011, p. 186), “é preciso levar em consideração os diferentes momentos da espacialidade nas distintas fases do capitalismo, compreendido não apenas como modo de produção e sim como verdadeira organização societária”, à maneira de Ianni (1993, p. 53) quando escreve que “[o capitalismo] é a rigor um processo civilizatório universal”. Também, como prefere Castoriadis (1992, p. 20), ao demonstrar que “o capitalismo encarna uma significação imaginária social nova [que] depois de certo tempo, essa significação penetra na totalidade da vida social”.

⁷ Partilhamos a ideia de que ocorre uma certa desconcentração metropolitana de atividades produtivas e culturais em direção ao interior fluminense, embora com forte domínio da cidade do Rio de Janeiro e da sua Região Metropolitana, com relação ao interior, como já discutido em Rua (2007). Entretanto acreditamos que essa interiorização não contém o tom otimista de “recuperação do interior frente à capital”, como alguns autores anunciam. Para nós é um movimento coerente com a estratégia atual dos investimentos sendo realocados no espaço, naqueles locais onde as vantagens competitivas se anunciem. Essa crítica não invalida o destaque dado às intensas alterações sofridas por algumas áreas do interior (base da nossa argumentação). Só queremos enfatizar que se trata de um processo muito complexo que contém aspectos positivos e negativos em permanente interação, o que, pelo menos, relativizaria os tons otimistas por muitos utilizados.

Tais ações estão relacionadas às intencionalidades que se percebem em um permanente processo de totalização que faz com que os lugares, a cada movimento da sociedade, sejam recriados e renovados. O motor desse movimento e, portanto da diferenciação espacial, é a divisão do trabalho (técnica e social), responsável por cada lugar ser construído com um novo conteúdo e com um novo sentido, seguindo o pensamento de Milton Santos.

Como já escrevemos em Rua (2011, p. 187), tentando capturar o pensamento desse autor:

O espaço geográfico apresenta-se como multidimensional (físico, social, simbólico...) e está em permanente movimento, um movimento multiescalar pois os habitantes de cada lugar percebem, heterogeneamente, esse movimento integrando-o, e com ele se integrando, às múltiplas escalas que interagem nas ligações do interno com o externo de maneira específica.

Construindo ainda a ideia de metropolização, estamos de acordo com Massey (2008, p. 32) quando, ao discutir o espaço e a necessidade de considerá-lo aberto e produto de inter-relações, escreve que: “nesse espaço aberto, interacional há sempre conexões ainda por serem feitas, justaposições ainda a desabrochar em interação (...) relações que podem ou não ser realizadas”. O espaço da metropolização será esse espaço aberto, interacional com interações a desabrochar, dinâmico, portanto, tendo como apoio uma grande metrópole que imprime seu ritmo a esse espaço, em negociação com os ritmos locais.

Logo, a argumentação proposta neste trabalho é de que o espaço é uma totalidade em movimento, portanto aberta a novas interações e, em realidades como a fluminense – objeto desta pesquisa – muito marcadas pela metropolização, percebe-se esse movimento integrando crescentemente o interior e a capital, o urbano e o rural. A ideia que sustenta a nossa reflexão é de que se pode pensar o rural participando, em múltiplas escalas, dessa totalidade (espaço metropolitano no Estado do Rio de Janeiro) mas preenchido por urbanidades que constituem novas espacialidades que restam por definir, como tentaremos demonstrar.

Estaremos, assim, bastante influenciados por Woods (2012, p. 126), ao observamos diversos rurais (assim como se percebem diversos urbanos), priorizando a ideia da desigualdade espacial posta pela diferenciação da

influência dos processos ligados à modernização agrícola, industrialização e desindustrialização de áreas rurais, êxodo rural e êxodo urbano, difusão de serviços em áreas rurais, comodificação das paisagens e das tradições rurais ligadas ao turismo e, integrados a hierarquias de poder. Tudo isso coloca novas problemáticas que desafiam os pesquisadores e os atores sociais envolvidos em políticas que busquem respostas às questões evidenciadas por esses processos. Percebe-se a emergência de um rural muito diversificado (se é que algum dia foi homogêneo), constituído de lugares onde diversas identidades são expressas e onde há possibilidade para diversos desenvolvimentos socioespaciais que as respeitem. Que rurais são esses? Que hierarquias se estabelecem entre eles? Como abarcar essa diversidade em novas relações “urbanos-rurais”? Como avaliar as políticas até agora postas em prática para rurais tão diversos e em tão rápida transformação? Que bases teóricas buscar para compreender a complexidade do espaço contemporâneo? Essas questões estruturais não constituirão objeto específico deste artigo mas estarão, como preocupações do autor, na base para as argumentações aqui apresentadas.

No ponto de vista, defendido neste trabalho (mantendo opiniões expressadas anteriormente) realizam-se interações variadas entre esses subespaços, no dizer de Milton Santos (metropolitano/urbano/rural), tratados por nós como formas-conteúdo que, expressando relações assimétricas, estão centradas nas cidades e são, numa escala mais ampla, irradiadas a partir da metrópole, que emana poder e hegemonia, integrando-os, cada vez mais, num espaço multiescalar – unificado e desigualizado. Haveria, então, uma escala mais abrangente, na qual uma urbanização difusa, comportamental (costumes e hábitos) e cultural se faria sentir no espaço da metropolização do território fluminense (unificando-o na mesma lógica metropolitana), mas afetando-o desigualmente ao participar das interações que se realizam em cada parte desse espaço. Na escala regional ou local seriam percebidas as leituras particulares daquele urbano/metropolitano e daquele dinamismo mais geral do território fluminense, como apresentado em Rua (2006, 2007 e 2011).

À conceituação de espaço multidimensional e multiescalar, acresce-se a concepção de híbrido (de objetos naturais e artificiais, natureza e cultura). Assim multidimensional, multiescalar e híbrido permitirão compreender que o padrão espacial fluminense não é apenas morfológico, pois ocorrem sempre mudanças de forma e de função dos objetos pré-existentes na coexistência com os objetos criados, à maneira de Santos (1996, p. 77). A estrutura também se transforma, como já visto, e o momento atual carrega imaginários novos que se contrapõem (ou se acomodam) a imaginários pré-existentes, (re)definindo papéis dos atores sociais. A interiorização de padrões espaciais marcados pela urbanização difusa e pelos efeitos da metropolização encontra objetos pré-existentes que serão refuncionalizados e cria novos objetos que conviverão (e influenciarão) decisivamente com os que existiam em cada lugar, de acordo com as intencionalidades dos atores ou agentes que lhes atribuem sentidos. Isso vai gerar contradições entre o novo e o velho, entre o urbano e o rural, sem que se reduza o movimento a “urbano novo” e “rural velho”. O que se verifica é uma complexa hibridez em que novo e velho, rural e urbano se mesclam em novas espacialidades que marcam cada momento da sociedade. Tais momentos relacionam-se a distintas divisões territoriais de trabalho nas quais o urbano e o rural vêm desempenhando papéis distintos, como bem demonstra Moreira (2005, p. 2) quando apresenta três momentos da relação urbano-rural e escreve, referindo-se ao momento atual:

A fase de refusão [entre campo e cidade, urbano e rural, acrescenta-se, aqui] corresponde ao momento atual, a do capitalismo avançado, em que, com apoio na ação do Estado, a divisão do trabalho progressivamente se mundializa e se globaliza, cidade e campo passando a organizar-se com base numa difusão dos meios de transferência (meios de transporte, de comunicação e de transmissão de energia) que leva a indústria a poder localizar-se onde melhor lhe aprouver, fugindo das pressões políticas e de custos da cidade e migrando para localizar-se e desenvolver-se no campo, a função primário-agrícola e industrial se reencontrando e se fundindo no campo e a cidade se terciarizando como função econômica exclusiva. É a fase correspondente ao período tecnoeconômico da alta segunda e particularmente da terceira revolução industrial (MOREIRA, 2005, p. 1).

A citação acima sintetiza o que se observa atualmente quando a mesma lógica territorial se estabelece no rural e no urbano, unificados no processo de definição dos atuais padrões espaciais. Unificados na mesma lógica, desiguais

nas características e nas ações – as formas-conteúdo de Milton Santos. O rural permanece com identidade(s) que o distinguem do urbano, apresentando-se como um rural diversificado. Também o urbano é diversificado, embora (ainda mais) integrado à lógica do capitalismo neoliberal. Igualização e desigualização dialeticamente interagentes. Fala-se das cidades fragmentadas (cidades na cidade, de alguns planejamentos estratégicos, por exemplo) e pode-se falar de campos no campo (para manter a analogia na terminologia), tal a diversidade de padrões espaciais encontrados, verdadeiros “rurais no rural”. Basta lembrar das diversas faces do agronegócio, das unidades familiares, do agroturismo, dos agrocombustíveis, das indústrias em áreas rurais, da variada gama de serviços que aí se encontram e das relações que se estabelecem entre esses elementos geográficos, para se perceber a diversidade e a complexidade do rural de hoje e as dificuldades de distingui-lo do urbano.

Woods (2009, p. 853) chama atenção para alguns aspectos que “borram fronteiras e fazem conexões”⁸. Em primeiro lugar destaca a importância dos impactos das pressões e dos processos urbanos, mas também os limites da abordagem urbanocêntrica. Destaca ainda a perspectiva híbrida na ruralidade e a necessidade de se capturar as desiguais espacialidades que surgem das interações urbano-rurais (ou urbanos-rurais, como ressaltamos).

Em seguida apresenta a posição de alguns geógrafos franceses que trabalham na perspectiva de que a tão discutida urbanização do campo vem sendo acompanhada por uma ruralização da cidade. Escreve que experiências tradicionalmente associadas com a vida rural tais como comunidade, solidariedade e tranquilidade são parte dos planejamentos urbanos contemporâneos. O rural, cada vez mais, se identifica com ideais urbanos (permanecendo rural) o que resulta em formas socioespaciais híbridas que obscurecem os limites entre urbano e rural.

Não há como não se remeter aos condomínios fechados na cidade e no campo em que os valores urbanos e rurais se mesclam e se tornam motivo de propaganda imobiliária, dando novos sentidos à mercantilização do espaço utilizando atributos humanos e não-humanos.

⁸ Na expressão original em inglês: “blurring boundaries and making connections”.

Nunca é demais lembrar que não nos incluímos na linha de autores que apontam para o fim do rural. Ao contrário, para nós, ele permanece, embora muito transformado. A dispersão e a aglomeração, a presença de um “natural” mais ou menos evidente, o uso predominante do solo, a ligação com a terra, algumas práticas espaciais, dentre outras muitas distinções, demonstram, nas escalas dos lugares (percebidos como lugares das interações, à maneira de Massey, abaixo referida), a permanência do rural como forte construção socioespacial, sempre em interações mais fortes ou mais frágeis, com as escalas supralocais.

Cada parcela do espaço encontra, de acordo com as intencionalidades dos atores e agentes nela intervenientes, seu próprio movimento, alimentando a crescente desigualização. Esse movimento dá a cada lugar uma importância particular nas múltiplas interações geográficas das quais faz parte. É o espaço aberto de Massey, antes referido, percebido no lugar, também aberto a interações. Ou como escreve a autora citada:

É dessa perspectiva que se torna possível imaginar uma interpretação alternativa do lugar. Nessa interpretação, o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e entrelaçam num *locus* particular (...) Trata-se na verdade de um lugar de encontro. Assim, ao invés de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais que (...) integram de forma positiva o global e o local. (MASSEY, 2000, p. 184).

Os lugares rurais ou urbanos vão expressar essas relações sociais nas suas desigualdades - assimetrias de poder (MASSEY, 2000, p. 183) internas e nas relações assimétricas entre o interno e o externo. Santos (1988), lembra-nos que o local é fruto da ação do interno e do externo. Para esse autor,

O interno é tudo que, num momento dado, está presente num lugar determinado. No interno as variáveis têm a mesma dimensão do lugar, as dimensões se superpõem delimitadas pelo lugar. O interno é aquilo que, num momento dado, aparece como local... Mas as variáveis que formam uma situação são frequentemente extralocais, portanto mais amplas que o lugar. A escala das variáveis é maior que a escala do lugar (o país, o mundo). O externo é tudo aquilo cuja sede é fora do lugar e tem uma escala de ação maior do que o lugar, muito embora incida sobre ele... A realidade do externo depende, todavia, do interno. Nenhuma variável externa se integra numa situação, se esta não tem internamente as condições para aceitá-la (SANTOS, 1988, p. 96).

Esta reflexão lembra-nos, simultaneamente, que cada lugar rural (neste trabalho) apresenta “atrações” ou fatores internos que chamam (e interagem com) os fatores externos numa combinação que caracteriza cada lugar, de maneira singular. Tudo isso se processa em um movimento histórico que evidencia o dinamismo do espaço geográfico.

Procura-se ampliar a reflexão que já vem sendo efetuada a respeito do rural e do urbano em espaços marcados por intensos processos de metropolização, como o fluminense, com suas múltiplas interações, coerentes com uma lógica de desenvolvimento que caracteriza o momento atual do capitalismo.

Como escreveu Moreira (2005, p. 3):

Uma espécie de fim de divisão de trabalho, técnica e territorial, que recria as relações entre setores econômicos até então estrutural e territorialmente separados, e uma certa homogeneização de valores que expressam um mundo e um modo de vida até então tidos como próprios e privilégio da cidade toma em comum cidade e campo, tornando-os, de novo, um mundo único, desta vez configurado na cultura urbana ...

Talvez não seja o fim da divisão territorial do trabalho, mas pode ser a definição de uma nova divisão territorial em que não se tomem como unidades territoriais grandes extensões, ou o rural e o urbano, e sim pequenos territórios (urbanos e rurais) nos quais a busca por novos mercados e a dialética da criação/destruição/refuncionalização de territórios, venham a marcar a coexistência da modernização (basicamente técnica e comportamental) com as permanências de hierarquias ligadas à ordem tradicional.

Como já demonstrado em trabalhos anteriores (RUA, 2002; 2005; 2007; 2011) onde se tem desenvolvido a temática das relações rural-urbano, a partir da ideia de urbanidades no rural, compreender o rural como parte da espacialidade do capitalismo contemporânea permite observar as relações de poder, o exercício da hegemonia e a dialética entre igualização e diferenciação/desigualização espacial como tendências contraditórias, manifestadas nas interações daqueles subespaços (rural e urbano) que constituem, portanto, formas-conteúdo distintas em uma escala (a da desigualização/diferenciação), mas fortemente integradas em escala mais ampla (a da igualização), ambas (as escalas) definidas pela lógica

espacial/territorial do capitalismo, com suas características atuais, bem distintas das de outras épocas, num movimento de imposições, cooptações, resistências e conflitos, como sempre temos escrito.

Torna-se necessário lembrar que a espacialidade da fase atual do capitalismo carrega territorialidades específicas (formas de apropriação, dominação e de assimetrias de poder). Se nas décadas pós-Segunda Guerra Mundial ainda se percebia, como já vimos, uma lógica espacial concentradora, dos meios de produção e do consumo, nas grandes metrópoles como a cidade do Rio de Janeiro, nas últimas décadas do século XX a desestatização, a privatização, a maior precarização do trabalho, a abertura da economia ao capital estrangeiro e a ênfase nas parcerias público-privadas influíram na construção de uma outra lógica espacial/territorial. Essa mudança alcançou as múltiplas dimensões da ação política, influenciando na economia, nas relações sociais e nos novos signos e símbolos da vida cotidiana. É claro que toda essa transformação resultou em nova lógica espacial (o espaço como resultado e condição para as ações e intencionalidades dos atores sociais) na qual a periferação e a desconcentração espacial destacam-se como estratégias comuns, principalmente para os atores hegemônicos. Deseconomias de aglomeração, congestionamento da metrópole, custos operacionais elevados, violência, crise de moradia passaram a ser justificativas para um outro direcionamento dos empreendimentos, fora da metrópole e da Região Metropolitana, onde o “clima de negócios” fosse mais favorável. Inclui-se aí trabalho mais barato, se possível já treinado e pouco organizado em termos de movimento sindical, novos mercados consumidores e a percepção da terra como ativo financeiro, alimentando expressiva especulação fundiária. Essa deslocalização evidencia-se como uma das estratégias territoriais do capital, cuja mobilidade vem sendo incrementada. No Estado do Rio de Janeiro a deslocalização dos investimentos tem levado ao reforço de alguns eixos no interior do estado. Com isso, pretende-se confirmar que a interiorização do desenvolvimento está integrada a essa estratégia de maximização dos lucros e da exploração do trabalho. A força assimétrica entre os investidores supralocais e os atores ou agentes locais (em seu particular jogo de poder)

permite que ocorra uma verdadeira “chantagem locacional”, feliz expressão usada por Acselrad e Bezerra (2009), efetuada pelos investidores que passaram a buscar com muito mais liberdade de movimento as localidades mais adequadas a seus interesses específicos e envolvem, cooptam ou submetem aqueles que necessitam de gerar empregos, criar divisas e obter receita pública. Muitas vezes isso acontece integrado à obtenção de vantagens financeiras, liberdade para remessa de lucros, condições fundiárias e ambientais adequadas a seus interesses, como escrevem os autores supracitados.

Em momentos de fácil deslocalização dos empreendimentos até os elementos geográficos mais “estáveis” como as firmas, as infraestruturas e as instituições (sem falar no trabalho, cada vez mais móvel) tornam-se dotados de crescente mobilidade na busca das melhores vantagens locacionais.

Essas considerações confirmam a necessidade de se buscar apoio numa teoria espacial que explique essa lógica contraditória do capital ao longo do tempo. Divisões de trabalho nas quais a concentração era priorizada e as distinções espaciais (entre urbano e rural, por exemplo) eram buscadas, dão lugar a lógicas espaciais mais complexas em que a concentração convive com a desconcentração e/ou a deslocalização. A hierarquia desigualizadora torna-se a regra entre os lugares, de acordo com a ação de seus atores e agentes sociais. A lei do desenvolvimento desigual e combinado sustenta a visão crítica que escolhemos a respeito da interiorização (da economia, mas não só), percebida como recuperação econômica do interior fluminense com relação à capital. A leitura de espaço geográfico e do rural, que neste trabalho se apresenta, está marcada pela interpretação de Harvey (1996; 2006) dessa lei, ao formular os “desenvolvimentos geográficos desiguais” do capitalismo, como combinados, contraditórios e complexos, formando muitas teias socioecológicas da vida, que dão lugar a uma grande diversidade de territorialidades geográficas.

É esse o quadro referencial geral em que se move este trabalho e que define a linha metodológica da análise. Assim, procurando integrar as abordagens dos desenvolvimentos geográficos desiguais com suas variadas

contribuições, pode-se identificar a emergência de novas territorialidades, fruto de imposições, cooptações e/ou resistências, ainda pouco capturadas pelas análises dos geógrafos. Como se manifestam essas transformações espaciais e como são produzidas as novas territorialidades que marcam o estado do Rio de Janeiro? Que possibilidades de resistência podem ser percebidas e encetadas pelos atores hegemônicos? Ocorre uma interiorização, sim; há uma urbanização do território fluminense de escala geral e de escala local, hibridizadas num rural transformado; percebe-se um padrão espacial de eixos, aqui denominados eixos de maior densidade de urbanidades no rural. Tudo ocorre simultaneamente e muito marcado pela lógica espacial neoliberal com sua fluidez, suas (i)materialidades e suas precarizações. Por outro lado, essa dinâmica dos investimentos, altera os eixos já existentes, fortalecendo-os, ou favorecendo a emergência de novos eixos.

Tal processo complexo e contraditório gera problemáticas que merecem investigação em busca de possíveis saídas para os conflitos (latentes ou explícitos), que se manifestam no território do estado.

Neste trabalho daremos ênfase à discussão sobre a questão do preço da terra, percebendo-a como marcada por novos significados dentro da comodificação geral das áreas rurais. A terra, como ativo financeiro, já vem sendo objeto de estudos há muito tempo. Egler (1985) já demonstrava a passagem da terra como recurso natural a ativo financeiro, desenvolvendo a ideia de que a taxa de juros é a ponte entre o mercado fundiário e o financeiro e que havia fases distintas nessa relação. Desta leitura surgiu a ideia de pensar a fase atual da acumulação capitalista em crise e a revalorização do rural, da natureza e do preço da terra, este último bastante alterado nos anos recentes.

Tentaremos mostrar como o preço da terra está integrado a escalas supralocais (global, nacional, regional) que conduzem nossa análise a percebê-lo como mais uma urbanidade no rural.

Metropolização do espaço e inter-relações urbano-rurais no Estado do Rio de Janeiro

Retomando o que foi apresentado, não se pode pensar o urbano e o rural, o local e o global, como polaridades, mas como interações assimétricas que não devem silenciar as intensas disputas socioespaciais que obrigam a permanentes reconfigurações das escalas de ação. O território “urbanizado”, numa escala mais ampla, em geral, está relacionado a espaços de dominação que impõem suas representações. Na escala local, essas representações também se fazem presentes nas relações assimétricas que aí, também, vigoram. Entretanto, é aí, que se processam os movimentos de resistência e de criação de alternativas e/ou estratégias de sobrevivência que podem se manifestar como releituras daqueles movimentos mais gerais que marcam o espaço contemporâneo. O local e o geral/global aparecem integrados pelas escalas da ação.

Procura-se apresentar/estudar o movimento de expansão das urbanidades⁹ nas áreas rurais, compreendendo a presença do “urbano” lefebvriano nessas áreas como manifestação do processo geral de transformações, pelo qual passa o espaço, sem que isso se perceba como destruição do rural e sim como difusão de “urbanidades no rural” integrando-se às “ruralidades contemporâneas” e aos modos de pensar e viver o rural, reafirmados por Carneiro (2012), e por nós apropriados ao percebê-los, na gestação de um espaço híbrido produto de novas relações que não podem ser explicadas apenas pelas concepções tradicionais de urbano e rural. A ideia de hibridez tenta ultrapassar a antinomia campo-cidade e reconhecer um papel para o rural em que a possibilidade da existência da multiplicidade abra caminho para novas interações que ainda estão por ser realizadas. A percepção de que no rural se vivenciam desigualmente (tal como no urbano) múltiplas territorialidades e trans-múltiplas escalaridades, ainda por realizar, auxilia nossa análise.

Aos dados estatísticos obtidos contrapomos dados qualitativos resultantes de inúmeros trabalhos de campo, percorrendo, praticamente, todo o interior do estado do Rio de Janeiro, que serviram para a elaboração de um

⁹ O termo urbanidades no rural foi inspirado na obra de Poulle e Gorgeu (1997), sem respeito à sua concepção original: *urbanité rurale*.

mapa já apresentado em Rúa (2002) – com alterações que o atualizam - onde se definem os eixos de maior adensamento de urbanidades – trabalho inicial que vem sendo retomado e acompanhado permanentemente, como vimos.

Nesses eixos pode ser observada uma sensível transformação no padrão da renda fundiária e do preço da terra (ao qual daremos ênfase neste trabalho) em que se misturam duas lógicas do uso do solo – a rural e a urbana. Embora haja um uso predominante (espacial, perceptível na paisagem, mas não em termos de rendimentos obtidos) voltado para a agricultura e para a pecuária, destacam-se outros usos integrados à lógica urbana de renda territorial, incluindo as formas especulativas em terrenos subaproveitados, que, posteriormente, poderão ser transformados (e já estão sendo) em loteamentos ou condomínios de luxo. Esta é, certamente, uma das mais frequentes manifestações de “urbanidades” no rural fluminense, principalmente nos eixos de maior intensidade dos investimentos mas também na Região Serrana, que detalhamos aqui. Essa região, embora não seja a de maior valorização do preço da terra, demonstra elevados índices de valor da terra nua. A tabela 1, a seguir, merece algumas considerações:

Tabela 1: Valor da terra nua para alguns municípios do estado do Rio de Janeiro, 2009-2011 – Fonte: Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro (2009; 2012).

MUNICÍPIO	\$/HECTARE - 2009	\$/HECTARE - 2011
Angra dos Reis	1.000,00	1.170,00
Cachoeiras de Macacu	1.800,00	2.545,00
Campos dos Goytacazes	2.000,00	2.800,00
Carapebus	2.000,00	2.335,00
Engenheiro Paulo de Frontin	800,00	955,00
Itaboraí	1.800,00	2.545,00
Macaé	2.000,00	2.335,00
Mangaratiba	1.500,00	1.750,00
Nova Friburgo	1.800,00	2.120,00
Parati	1.000,00	1.170,00
Paty do Alferes	1.000,00	1.170,00
Petrópolis	1.500,00	1.750,00
Quissamã	2.000,00	2.800,00
Rio Bonito	1.800,00	2.545,00
Rio das Ostras	1.500,00	1.750,00
Rio de Janeiro (C. Grande)	1.800,00	2.120,00
São João da Barra	2.000,00	2.800,00
Teresópolis	1.500,00	1.750,00
Trajano de Moraes	800,00	955,00

O Valor da Terra Nua (VTN) é o valor de mercado do imóvel rural, sem incluir as benfeitorias, e serve de base para o cálculo do ITR. É efetuado por

um conjunto de técnicos (incluindo a EMATER e os sindicatos rurais) para as prefeituras. A legislação obriga a fixação do VTN anualmente, cujos preços devem servir apenas de referência. Os valores referem-se aos preços de mercado praticados em janeiro de 2009 e dezembro de 2011¹⁰. Para nós constitui-se em indicativo da valorização da terra no Estado do Rio de Janeiro e, em nosso ponto de vista, aparece como mais uma urbanidade, não só, como exemplifica a tabela, as diferenças entre Campo Grande (bairro da cidade do Rio de Janeiro) e a maioria dos municípios fluminenses não é muito significativa, mas principalmente por que os valores são definidos fora do âmbito rural, embora com técnicos conhecedores do lugar.

Ao se observar a tabela percebe-se que as maiores elevações de preços no período ocorreram no eixo litorâneo, em sua porção norte – São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã e, embora com menores valores em Macaé, Rio das Ostras e Carapebus. Essa especulação está atrelada à valorização advinda com os investimentos ligados ao petróleo e às instalações do Porto do Açu.

O eixo da Costa Verde tem preços médios bastante moderados se se levar em consideração a acelerada privatização desse litoral. Talvez a legislação ambiental que protege significativas áreas desse eixo seja responsável pelas baixas médias de aumento. Os proprietários que deixem a “mata em pé” são isentos do ITR. Ao que parece, pelas médias, relativamente baixas, pode haver uma especulação muito localizada, não capturada pelas médias, ou pode haver uma intensão de manter os preços ainda baixos.

¹⁰ Os preços médios pesquisados poderão servir como uma referência de preço por município, quando o produtor rural declarar o Imposto Territorial Rural. Os preços não devem ser utilizados como valor absoluto, fechado, tendo em vista que cada propriedade rural tem suas características próprias quanto ao tamanho, localização, vias de acesso, topografia, hidrografia, tipo de solo, capacidade de uso e grau de mecanização. O valor varia até mesmo dentro da propriedade entre áreas de várzea, encosta ou morros. O Valor da Terra Nua é um dos principais itens da declaração do ITR. Do VTN, são deduzidas automaticamente pelo programa, as áreas não tributáveis (áreas de preservação permanente, reserva legal e demais áreas de preservação ambiental), chegando ao Valor da Terra Nua tributável - VTNt, que é a base de cálculo do ITR, apurado por propriedade. O Serviço de Fiscalização do ITR da Receita Federal, utiliza o levantamento feito pelas prefeituras e técnicos, para comparar com os valores declarados pelos proprietários rurais, nas declarações do ITR. Trata-se de mais uma média utilizada com cuidado em nossa análise.

Os municípios de Teresópolis e Nova Friburgo tiveram quase 18% de valorização no período bem abaixo do incremento de Quissamã, São João da Barra ou Campos dos Goytacazes, por exemplo, com 40% de valorização no período.

Parece-nos que, num estado tão marcado pela metropolização o elevado preço da terra constitui um forte elemento de transformação do rural, diminuindo ainda mais as possibilidades dos pequenos proprietários permanecerem como tais e dificultando o acesso à terra para os que não a possuem. Por outro lado o uso agrícola é, até certo ponto, desestimulado pois estabelece-se uma forte concorrência entre as diferentes formas de obtenção da renda da terra, prevalecendo as formas especulativas.

Esse quadro de valorização da terra não está restrito ao Rio de Janeiro ou aos espaços de metropolização. Segundo reportagem do Estado de São Paulo (AE, 2011), o “preço da terra bate recorde no Brasil”. Segundo essa fonte, o preço do hectare chegou a dobrar, em algumas regiões do país, na carona de um *boom* nos preços dos alimentos. Esse fato ocorre em escala global¹¹ na qual se percebe um movimento de aquisição (por compra ou arrendamento a prazos longos) de terras nos países subdesenvolvidos por parte de empresas, inclusive do setor financeiro, e estados-nação, interessados na produção de alimentos (atual e futura), acesso a mananciais de água, acesso a matérias primas para a produção de agrocombustíveis e floresta plantada.

O Brasil participa desse movimento de *land grabbing*, tanto como facilitador da aquisição de terras por estrangeiros (leis tramitam no Congresso, com esse fim) em seu próprio território, como participando da aquisição de grandes extensões de terras nos países vizinhos.

Para nós essa discussão é muito necessária e, de uma maneira mais objetiva, traz a escala global do mercado de terras para a escala local, onde se percebe a elevação dos preços da terra integrada à lógica urbana que marca, cada vez mais, o rural contemporâneo. Para nós o preço da terra constitui mais uma urbanidade e, assim, este indicador deve participar, de alguma forma, das

¹¹ A esse respeito ver, por exemplo: Peluso e Lund (2011).

novas definições de rural e urbano que estão sendo estabelecidas. Deve ainda ser importante elemento de apoio às políticas de proteção ao agricultor familiar camponês na sua luta para permanecer na terra.

Não podemos avançar na avaliação da tabela acima pois faltam elementos para tal. Por enquanto, o que se deseja, é demonstrar que há uma lógica especulativa no preço da terra no Rio de Janeiro, pois mesmo com fortes variações, é inegável a semelhança entre este índice num bairro da cidade do Rio de Janeiro e na maioria dos municípios do interior. O que se observa é que há vetores de maior valorização que correspondem, grosso modo, aos eixos de maior adensamento de urbanidades no Estado do Rio de Janeiro, a seguir apresentado.

No mapa (figura 1) evidenciam-se os eixos aos quais nos referimos anteriormente. É bom lembrar que o que nos interessa não são os eixos em si mesmos, mas o processo que eles explicitam, como já aludido.



Figura 1: Mapa do estado do Rio de Janeiro – Adaptado por João Rua em 2002 e 2007, a partir do Planejamento Plurianual 1996-1999 do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O mapa acima mostra os principais eixos de urbanidades no estado do Rio de Janeiro. A maioria deles se expandiu a partir da Região Metropolitana. O primeiro toma a direção de Araruama, Cabo Frio e Macaé - Costa do Sol (Região das Baixadas Litorâneas) e se prolonga cada vez mais para o norte ultrapassando Macaé em direção a São João da Barra, o segundo segue em direção a Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati (Região da Costa Verde), o terceiro segue em direção a Minas Gerais (na rota de uma estrada nacional), passando por Petrópolis e seguindo para Três Rios. Outro eixo importante a partir da Região Metropolitana, segue a Rodovia Rio-São Paulo, passando por Piraí, Volta Redonda e alcança o Médio Vale do Paraíba (Região do Médio Paraíba). Ao eixo que atravessa a Região Serrana, passando por Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo daremos mais destaque, neste artigo. Todos esses eixos apresentam alta densidade de fluxos e fixos espaciais.

Este cenário leva-nos a um intenso movimento de difusão de inovações transformadoras, as "urbanidades", mais densas nos eixos vistos acima. Esses alinhamentos podem auxiliar na definição de novos projetos espaciais no interior fluminense, estando integrados a um movimento de interiorização de algumas atividades, antes concentradas na Região Metropolitana.

Em todos os eixos, torna-se evidente o papel fundamental das rodovias que servem de apoio à criação e ao desenvolvimento de elementos do espaço (materiais e imateriais) os quais nomeamos como urbanidades. Fora desses eixos pode ser encontrada uma urbanização pontual em cidades importantes como Campos dos Goytacazes e Itaperuna atuando como centros regionais no Norte do Estado, onde, ao longo das rodovias também se percebe a formação de eixos, embora ainda com menor densidade.

Tais eixos demonstram que o espaço, como um todo, é integrado pelo fenômeno urbano, particularmente nas áreas de forte metropolização, o que nos permite falar em continuidade e até mesmo numa certa contiguidade espacial. Entretanto, também evidenciam uma permanente descontinuidade/descontiguidade, integrada, dialeticamente, à continuidade formando rupturas já que nem todos partem diretamente da metrópole.

O eixo de maior adensamento de urbanidades no rural, da Região Serrana Fluminense

De acordo com a divisão regional oficial, a região Serrana Fluminense é formada por 14 municípios e apresenta forte heterogeneidade interna, em que duas unidades espaciais podem ser identificadas. A primeira é formada pelos municípios da antiga microrregião homogênea definida pelo IBGE – Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo – setor mais dinâmico da atual região Serrana. Os demais municípios constituem um setor onde os processos de criação de novas territorialidades e de interação urbano-rural são menos marcantes.

Esta pesquisa vai dar destaque principalmente a dois dos três municípios mencionados – Teresópolis e Nova Friburgo, onde os processos que analisamos se explicitam mais marcadamente, principalmente ao longo da rodovia que liga as duas sedes municipais. Também trataremos, eventualmente, de processos de escala mais ampla que abrangem a área em estudo, embora não tão marcadamente como se apresentam em outras partes do estado. A abordagem multiescalar nos leva a isso, já que as interações entre as diferentes escalas de ação serão privilegiadas.

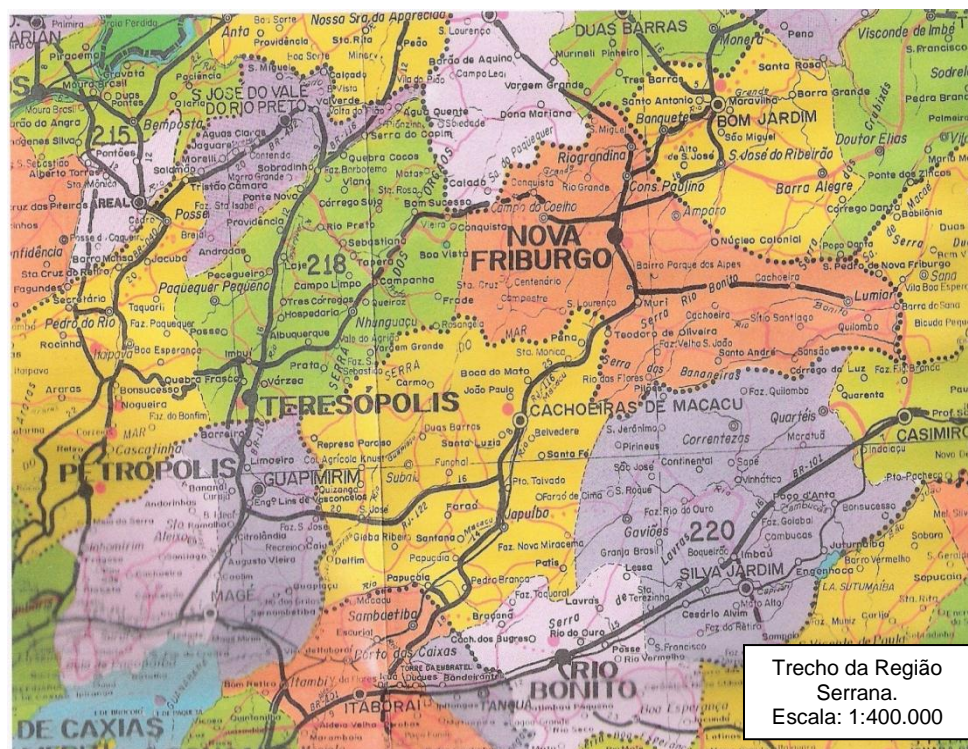


Figura 2: Cartograma representativo do trecho da Região Serrana Fluminense em análise – Fonte: fragmento de Rio de Janeiro (2005).

O cartograma, que constitui a figura 2 neste artigo, apresenta o trecho mais estudado no trabalho, destacando a rodovia que representa o eixo estruturante do processo a ser detalhado. A RJ-130, ligando Nova Friburgo a Teresópolis, reivindicada e, parcialmente, construída pelos próprios agricultores da região foi asfaltada na década de 70, quando adquiriu o traçado atual. Transformou-se em importante eixo de circulação e de escoamento para os produtos hortícolas e olerícolas dessa parte da região de governo aludida. Embora boa parte dessa produção do município de Teresópolis se direcionasse diretamente para a CEASA do Rio de Janeiro, esse tipo de produção do município de Nova Friburgo (e de municípios vizinhos) converge, majoritariamente, para o Mercado do Produtor (CEASA de Nova Friburgo) que se encontra nessa rodovia. A RJ-130 tornou-se, também, um dos mais importantes “eixos de maior adensamento de urbanidades no rural” de todo o estado do Rio de Janeiro, graças às dinâmicas territoriais que se desenvolvem ao longo dessa rodovia. Eis algumas manifestações de urbanidades no rural da Região Serrana Fluminense, no trecho em estudo mais aprofundado:

1. Presença de tecnologias alternativas e reconversão tecnológica e produtiva, em conjunto com o Mercado do Produtor da Região Serrana ou CEASA de Friburgo servem como âncora da forte vinculação da produção agrícola com os consumidores e exemplos de difusão de padrões técnicos de acordo com as exigências do mercado.
2. Turismo rural (ecológico e cultural) e a presença de neorurais (moradores urbanos que se transferem para áreas rurais). A atividade turística e de veraneio vincula-se à diversidade da paisagem natural (montanhas, florestas), o “astral alpino” da região Serrana e a presença de numerosos parques naturais (Serra dos Órgãos, Três Picos, etc.). Ao favorecerem intenso fluxo de pessoas (turistas, veranistas e habitantes do lugar, oriundos das cidades), propiciam uma imbricação dos universos culturais do “urbano” e do “rural”, como ocorre ao longo do circuito turístico denominado TEREFRRI.
3. Valorização da cultura local. Integrado às transformações referidas anteriormente. As comidas “típicas” – doces e geleias de frutas, a recriação da vida de fazenda e a busca pela natureza (incluindo, nessa busca, os habitantes locais que, muitas vezes, são percebidos como “atores” de um cenário), constituem evidências dessa valorização. Algumas prefeituras investem, fortemente, na recriação de suas origens europeias, idealizando-as, tal como ocorre em Nova Friburgo, onde a origem suíça de seus habitantes, constitui forte “marketing” do município.

É claro que se ocultam as condições em que grande parte desses “europeus” vieram e se mantiveram, “caipirizando-se” e envenenando-se com agrotóxicos, nas lavouras de hortaliças, ou criando estratégias de sobrevivência integradas à pluriatividade familiar, ao abandono da atividade agrícola ou participando de um mercado de trabalho ligado ao ramo de confecções, que liga, fortemente, as áreas urbanas e rurais da Região Serrana.
4. O associativismo rural. Leitura particular/rural de uma ideologia criada nas cidades, integra práticas rurais consolidadas a propostas inovadoras de gestão. As diversas associações de produtores e moradores, espalhadas pelas áreas rurais da região, umas mais atuantes do que outras, reafirmam esses agrupamentos como urbanidades no rural.
5. Ações reguladoras de órgãos oficiais – IBAMA, INCRA, prefeituras – que, ao criarem regulações e/ou fiscalizar o cumprimento da legislação, obrigam os agricultores a reverem suas práticas cotidianas e a repensar suas estratégias de inserção em lógicas que pouco compreendem, mas às quais são obrigados a se adequar.
6. A especulação de terras na maior parte do interior fluminense. Em muitas áreas rurais do interior de nosso estado, pode ser observada uma sensível transformação no padrão da renda fundiária em que se misturam duas lógicas do uso da terra – a rural e a urbana. Os preços da terra nua, antes apresentados, evidenciam essa problemática.

7. A ação de movimentos ambientalistas na região. Ao difundirem seus discursos de conservação ou preservação do ambiente natural, os órgãos de defesa desse ambiente, interferem nas práticas socioespaciais dos habitantes locais, modificando-as, atribuindo-lhes outros sentidos (quando preservadas) ou desenvolvendo sentidos novos que serão incorporados.
8. A escolaridade em áreas rurais. O papel homogeneizador da educação escolar, raramente admitindo o diferente com relação ao padrão estabelecido pelos livros didáticos ou pelas secretarias estaduais e municipais de educação, apresenta-se como um dos mais poderosos portadores de “urbanidades”. A vivência cotidiana rural/agrícola raramente é valorizada. O que mais é difundido é um conjunto de vivências urbanas que se contrapõem às rurais e, muitas vezes as estereotipam, desqualificando-as. Na nossa área de estudo há duas escolas rurais que tentam contrapor-se à lógica da valorização das atividades urbanas, em detrimento das rurais. São a IBELGA (Instituto Bélgica-Nova Friburgo, em Salinas) e o Centro Interescolar José Francisco Lippi, em Venda Nova (Teresópolis).
9. Alguns aspectos já lembrados, mas que devem ser valorizados, e que se relacionam, também à difusão de “urbanidades”, são as múltiplas formas de trabalho a domicílio (ligadas à indústria de confecções, particularmente da moda íntima) como em locais da região, centrada em Nova Friburgo, onde tais formas de trabalho se desenvolvem, integradas à expansão de algumas indústrias, principalmente de confecções (mas, também de alimentos) e alteram, sobremaneira, a anterior composição da renda doméstica das famílias rurais. Estas relações vinculam as famílias camponesas ao capitalismo industrial e, portanto, à lógica da produção e do consumo urbanos. Carneiro (2003, p. 91), referindo-se à localidade de Boa Esperança, no distrito de Lumiar, Nova Friburgo, escreve que:

Em Boa Esperança a economia e a sociedade circulam em torno dos inúmeros ateliês de confecção localizados em grande parte dos domicílios. Considera-se que “em praticamente toda a casa tem uma ou mais máquinas de costura” e que é “a confecção que mantém o arraial vivo”.

Os resultados da investigação têm conduzido a algumas observações em cada eixo de urbanidades no rural e que podem orientar ações interventivas pelos diferentes atores nelas interessados. Neste artigo apenas se trabalha com o eixo da Região Serrana. Isto denota a necessidade de continuidade das pesquisas. Foi escolhido um dos eixos de maior problemática socioambiental para se analisar. Os demais encontram-se em estudo, representando, como um todo, importantes contribuições para a pesquisa do URAIS (Grupo de Estudos Urbanos e Rurais da PUC-Rio), embora sem finalizações. Aqui são

apresentadas algumas ideias mais gerais, fruto de observações efetuadas nesses outros eixos.

Além disso, a área em análise vem passando por profundas transformações que vão da facilidade de acesso à região metropolitana, à intensificação da produção agrícola, à ampliação dos fluxos turísticos e de veraneio, ao significativo crescimento industrial e do setor de serviços nas cidades da região. Esse intenso fluxo turístico/veranista busca a “ruralidade”, traduzida na natureza idílica/mítica (o relevo, o clima, a vegetação, a origem estrangeira de seus habitantes) e na “honradez do homem rural”. Esse movimento, ao mesmo tempo que procura a “ruralidade”, acelera a sua transformação (às vezes destruição), criando situações de difícil classificação. Assim, como observado acima, há uma série de urbanidades no rural, no eixo analisado acima, e o que se pode observar é que ocorre um adensamento dessas urbanidades.

Entre Teresópolis e Nova Friburgo há apenas dois núcleos urbanos de destaque (as vilas de Bonsucesso e Campo do Coelho), além de diversos núcleos urbanos isolados.

É necessário considerar as características mais recentes, resultado dos novos usos do espaço, em que a natureza, como apelo turístico e o turismo como atividade transformadora, merecem um estudo detalhado.

Os eventos climáticos de janeiro de 2011 demonstraram o quão predatória do ambiente natural tem sido a ocupação humana. Quase sempre de caráter especulativo pouca atenção tem dado à preservação da “natureza natural” que apenas tem sido percebida como mercadoria, fonte de lucro. A mesma lógica que explora, destrói. Pousadas, condomínios, hotéis, haras e outros usos não agrícolas do solo têm sido construídos sem levar em consideração a dinâmica natural. Construções em encostas de alto risco, nas calhas dos vales estreitos, em *knickpoints*, nas pequenas várzeas aceleram os processos naturais, que sempre existiram, mas que foram “humanizados” ao serem desconhecidos pela especulação. Nesse sentido foram apropriados “pelo avesso”, quer dizer, ao especular com a terra, ao mudar a lógica fundiária

de rural para urbana, criaram-se as condições para que eventos de monta continuem a ocorrer, com perdas materiais e humanas consideráveis.

Ao se levantar essa problemática “natural” em uma pesquisa de geografia humana pensa-se, mais uma vez, na multidimensionalidade do espaço geográfico (que é físico e humano a um só tempo), com suas infinitas interações.

A catástrofe ocorrida é ambiental, isto é, é social e física. Seus efeitos são sentidos em primeiro lugar pelas pessoas. São os problemas sociais que demonstram a gravidade de um processo de ocupação que não apenas “danifica” o natural. Prejudica, sobretudo, as pessoas que vivem nessas áreas e que, quase sempre, nem têm noção da complexidade das relações sociedade-natureza e sociedade-sociedade das quais participam.

A ocupação agrícola tradicional da região foi fortemente atingida pelas chuvas de janeiro. Perderam-se safras, vidas, solo antes destinado à produção. Mas a estrutura fundiária, com posse jurídica da terra altamente concentrada, dificultou (e dificulta) mais ainda, a sobrevivência dos não-proprietários (a extensa maioria). Estes, com enormes dificuldades de alcançar os apoios sociais e creditícios, ficaram na dependência da assistência da EMATER, FAERJ e do SEBRAE que muito auxiliam na manutenção das atividades agropecuárias na região. Em alguns lugares pesquisados há uma predominância dos parceiros (como meeiros). Estes, dividindo a produção com o dono da terra, em não havendo produção, ficam impedidos de permanecer, ou têm ampliadas suas, já claras, dificuldades. Entretanto, segundo informações obtidas no local cerca de 50% dos meeiros conseguiu refazer as lavouras pelas quais eram responsáveis. Ainda segundo informações no local, houve diminuição da área plantada, mas aumento da produtividade (com maior investimento em técnicas e apoio aos produtores por conta daquelas organizações já citadas). Os dados que foram obtidos em trabalhos de campo efetuados no município de Teresópolis corroboram essas reflexões, como se verá a seguir. Em primeiro lugar num mapa que situa o município de Teresópolis e os lugares pesquisados; Depois alguns dados que procurarão explicitar as preocupações acima enunciadas e que foram obtidos em trabalhos

de campo e junto às entidades citadas acima, através do Relatório de Pesquisa das Microbacias elaborado pelo Programa Reconstruir, Região Serrana, Rural, 2011 (SEBRAE/RJ, EMATER-RIO e FAERJ, 2011). A iniciativa teve como objetivo estimular a recuperação agrícola da Serra, procurando superar os efeitos da catástrofe de 2011. Nesse trabalho foram muito importantes os técnicos agrícolas egressos da IBELGA (Instituto Bélgica-Nova Friburgo, em Salinas) e do Centro Interescolar José Francisco Lippi, em Venda Nova (Teresópolis), ambas constituindo importantes urbanidades no rural da área em estudo.

O cartograma abaixo tem como finalidade localizar os lugares mais detalhadamente pesquisados em trabalhos de campo realizados em maio de 2011. São eles: Sebastiana, Bonsucesso e Vieira. Aí foram realizadas dezenas de entrevistas (como será indicado), aplicados questionários, mas, sobretudo, foram efetuadas observações que, somadas àquelas já realizadas ao longo de dez anos, permitiram consolidar críticas já efetuadas sobre as formas predatórias, tanto no âmbito social como no natural. As urbanidades, nesse caso, não estarão na relação com a terra, mas na relação com o mercado e com a racionalidade urbana que se instala na vida cotidiana desses habitantes rurais.

Em algumas localidades foi possível coletar alguns dados e ao mesmo tempo aprofundar algumas observações já iniciadas em estudos anteriores (já citados acima). O objetivo era intensificar a base empírica e assim explicitar a complexidade que o movimento do real vai imprimindo. Reforçamos, todavia, que esse real complexo com suas múltiplas determinações encontra limites a serem explicitados teoricamente quando a dimensão estatística é tomada exclusivamente. Os trabalhos de campo e os dados coletados sistematizados abaixo procuram, assim, complementar o quadro que procuramos aqui construir, mas também alimentar o debate que ora nos desafia. A intenção é relacionar as repercussões da catástrofe de janeiro de 2011 com o preço da terra e com a precariedade dos vínculos dos trabalhadores rurais com o seu principal referencial como meio de vida. Infelizmente a pesquisa de campo foi feita posteriormente aos eventos referidos e, assim, faltam efetivos elementos

de comparação. Só há testemunhos apresentados como impressões e que não podem ser aqui expostos.

Localidades no município de Teresópolis

Localidade Sebastiana

Aqui se trabalha há muito tempo. Localidade fortemente atingida pelas chuvas de janeiro de 2011, apresentava elevado padrão técnico, onde se destacava o uso da hidroponia e o cultivo de orgânicos. Lentamente retoma suas atividades.

Aí se observam as características fundiárias predominantes no trecho da Região Serrana mais estudada – a rodovia Teresópolis-Nova Friburgo. A presença maciça de parceiros e das mínimas unidades de exploração agrícola, como fica evidente nos gráficos a seguir (figuras 3 e 4), com a terra extremamente valorizada, integrando-se gradativamente à lógica fundiária/territorial/especulativa urbana.

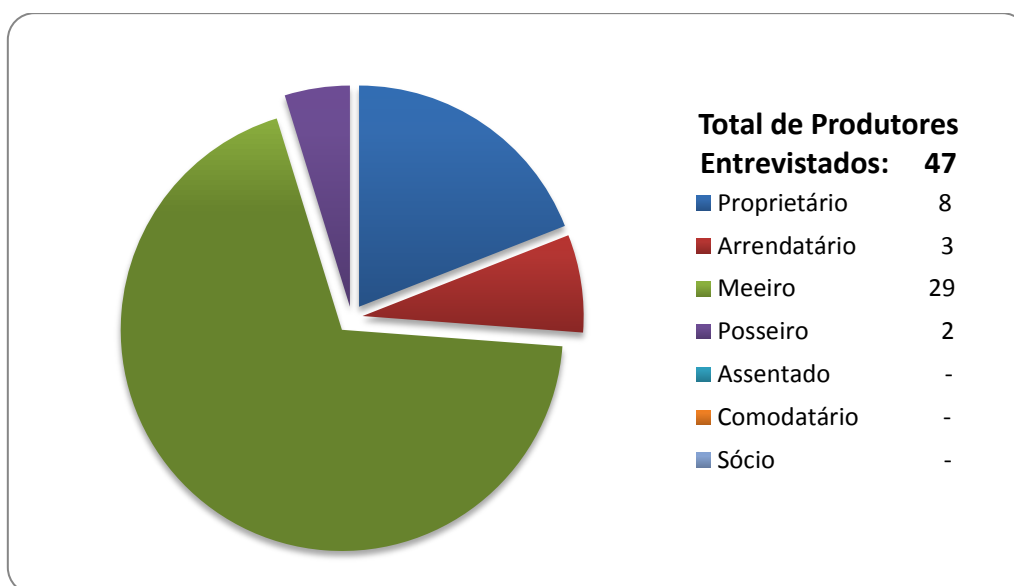


Figura 3: Condição da pessoa no imóvel rural

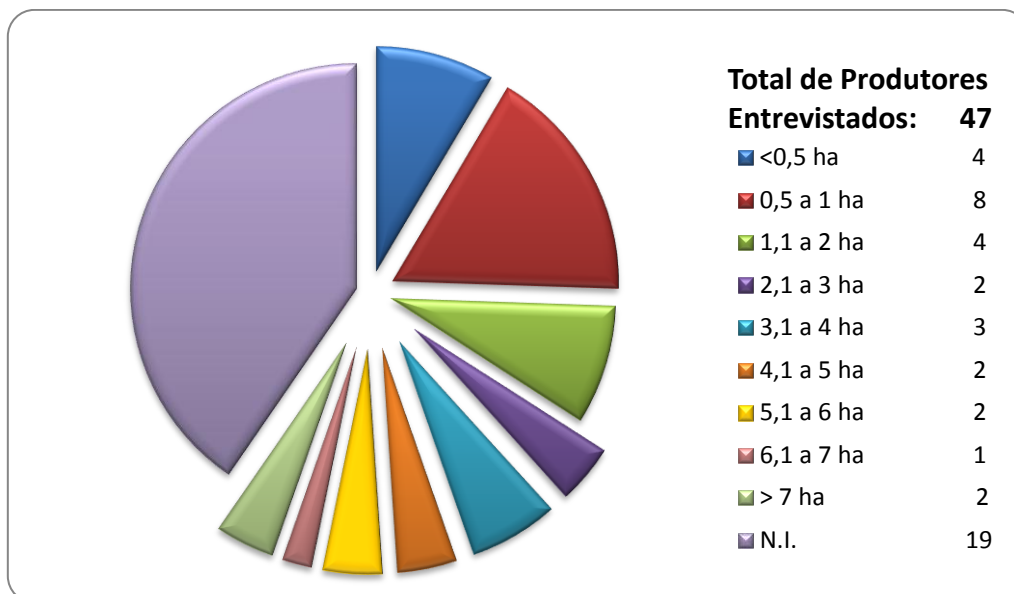


Figura 4: Estrutura fundiária

Localidade Bonsucesso

Principal localidade desse trecho da estrada, apresenta particularidades que lhe dão características mais urbanas – é sede de distrito. O número reduzido de entrevistas evidencia a necessidade de voltar a campo e dar continuidade ao trabalho.

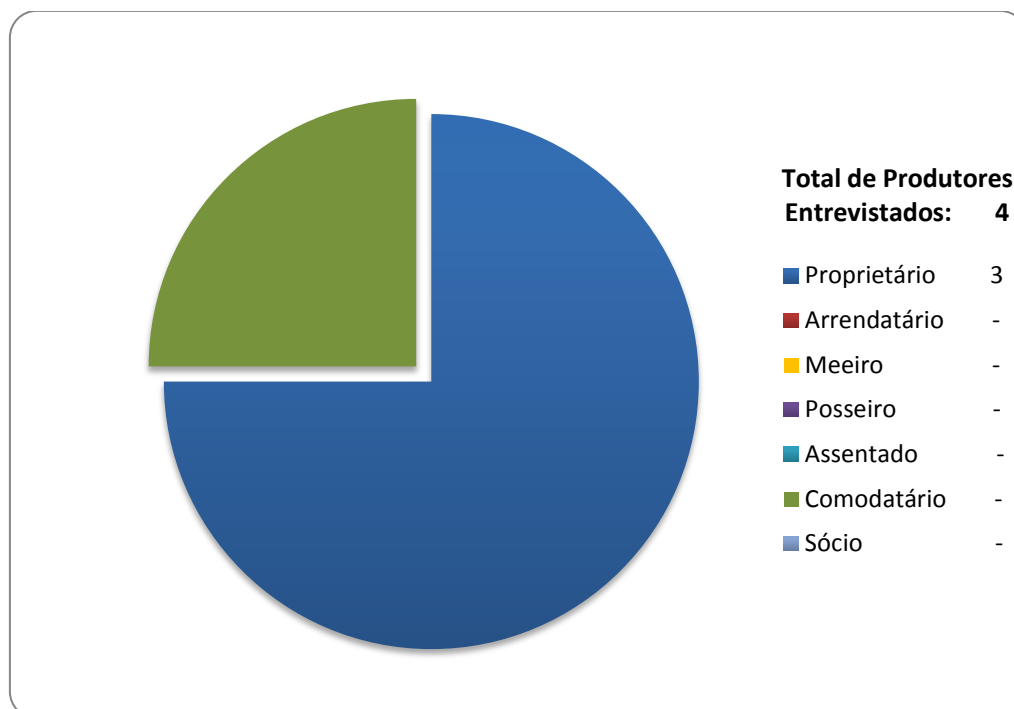


Figura 5: Estrutura fundiária em Bonsucesso

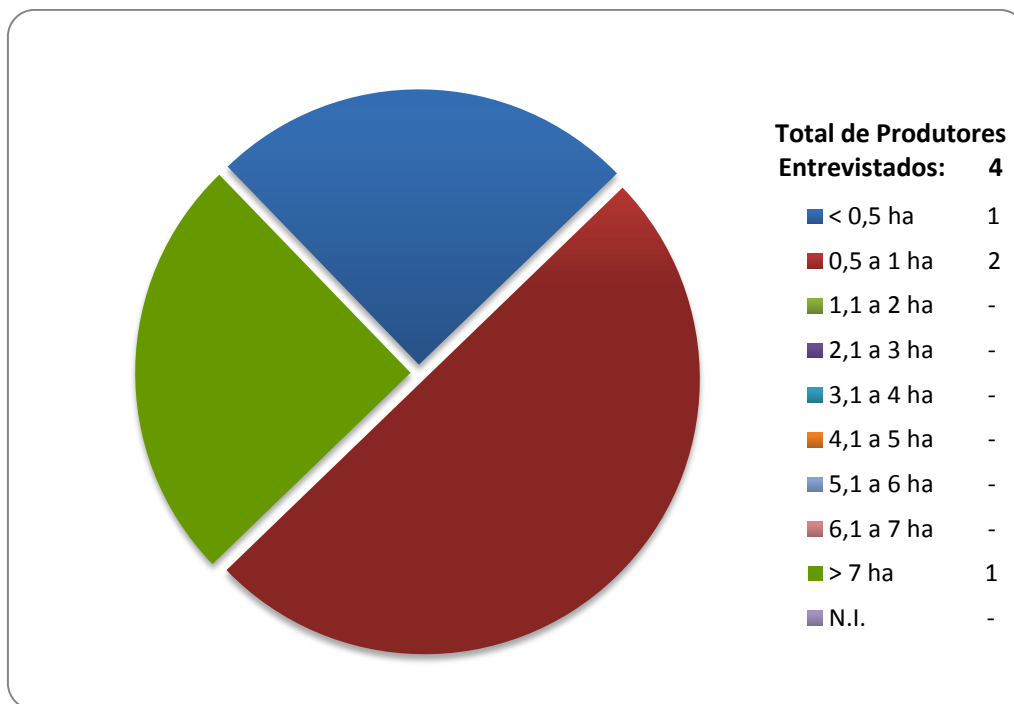


Figura 6: Tamanho dos estabelecimentos onde ocorreram entrevistas

Como apresentado nos gráficos acima (figuras 5 e 6), não se nota a presença significativa de parceiros, e sim de proprietários, com unidades fundiárias de maior extensão, fato raro no trecho estudado. Como foram apenas quatro entrevistas, este exemplo serve apenas como contraponto às outras localidades, onde a parceria predomina.

Localidade: Calado

Em Vieira tomou-se como exemplo a localidade de Calado.

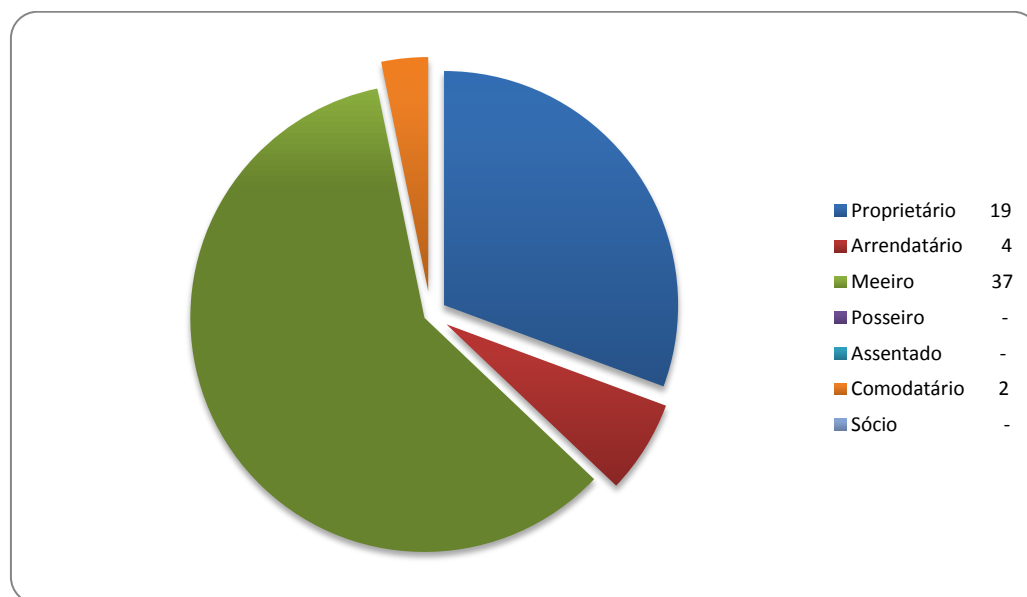


Figura 7: Condição do produtor no imóvel rural (números absolutos)

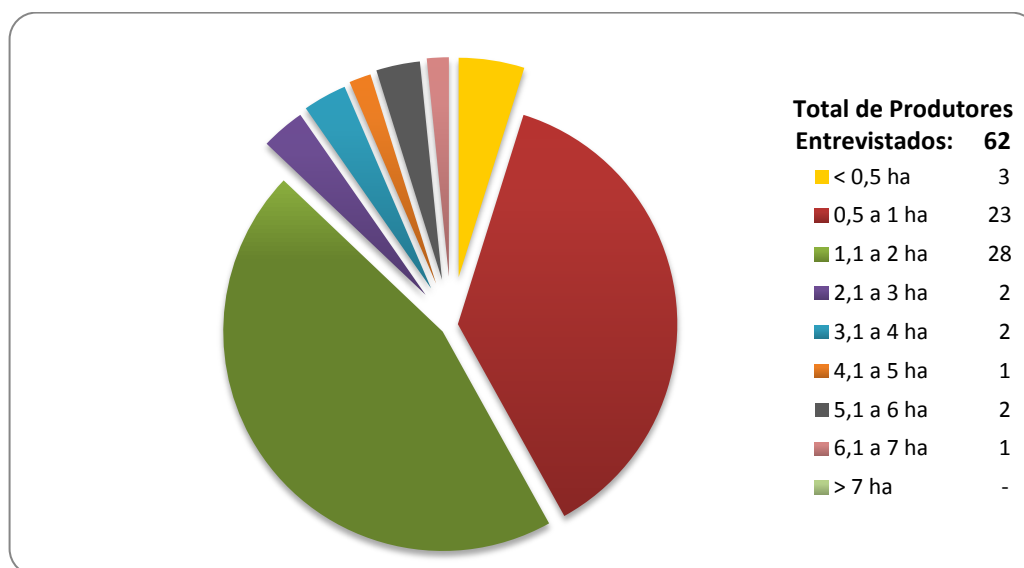


Figura 8: Estrutura fundiária em Calado (Vieira)

A localidade de Calado apresenta o padrão da região, semelhante a Sebastiana, com uma predominância de parceiros, mas com forte presença de proprietários, como apresentado nos gráficos acima (figuras 7 e 8). Foi extremamente atingida pelas chuvas de janeiro de 2011 e tem a recuperação muito dificultada pelo forte predomínio dos não-proprietários, com vínculo precário com a terra. A recuperação observada em 2012, parece referir-se ao grupo de proprietários. Esta observação precisa de comprovação em novas visitas a campo.

* * *

Esse eixo do “topo da serra” apresenta-se como uma área marcada por acelerados processos de transformação devidos aos impactos do turismo e do veraneio, atividades já tradicionais na área, coexistindo com uma forte atividade agrícola e algumas de caráter agroindustrial, mas, também, com importante atividade industrial (moda íntima e confecções, movelaria) que marca o mercado de trabalho urbano e rural. As transformações das práticas espaciais das populações dessas áreas são dramáticas por conta dos impactos causados pelo fluxo de veranistas, turistas, estudantes universitários que, se de um lado, trazem alternativas para a sobrevivência (precária em muitos casos), por outro trazem problemáticas novas com as quais as populações locais lidam

com dificuldade (prostituição, “farofeiros”, violência, tráfico de drogas, roubos e furtos etc.), tal como ocorre na Região dos Lagos e no eixo da Rio-Santos, representados na figura 2, como já descrito.

Outros eixos que devem ser mencionados, se bem que não estudados neste artigo, são:

1. O litorâneo Norte, centrado na Região dos Lagos e da Costa do Sol, que vai da Região Metropolitana até Macaé, tendo como núcleos dinâmicos esta última cidade e Cabo Frio. Aí, as constantes melhorias nas comunicações (novas rodovias, aeroportos de Búzios e Macaé), o turismo e o veraneio, algumas indústrias, a reativação da pesca e da maricultura, a instalação da Petrobrás em Macaé (fundamental como alavanca à urbanização dessa área) e uma avassaladora especulação imobiliária com profundas marcas de segregação socioespacial constituem os principais elementos concretos do dinamismo urbano desse eixo. Como já escrito em outra parte do relatório, as obras do superporto do Açú, de uma grande usina siderúrgica (ambas em São João da Barra) e os estaleiros da Barra do Furado (em Quissamã), prometem estender esse eixo para bem mais ao norte de Macaé. Os problemas socioambientais vividos por esta última cidade e aqueles experimentados pela Região dos Lagos, convidam à busca de políticas de intervenção para minimizá-los.
2. A partir da Região Metropolitana explicita-se um segundo eixo que, pela Rodovia Niterói-Manilha alcança Cachoeiras de Macacu e, ao longo da BR-101, direciona-se para Silva Jardim. Se, de um lado percebe-se a expansão de loteamentos urbanos e periurbanos, do outro desenvolvem-se diversas atividades rurais (não-agrícolas), além de grandes indústrias, como a Schincariol de cerveja, que dão novas qualidades a estas áreas. Elemento fundamental para a futura estruturação desse eixo é a construção do Comperj em Itaboraí, que alterará todo o leste da baía da Guanabara. Esse eixo ainda não está bem delineado, mas, ao observar a tabela da figura 1, pode ser percebida a forte especulação imobiliária no entorno desse projeto.
3. A partir da Região Metropolitana, alcançando Petrópolis, em direção a Três Rios e Juiz de Fora (MG), pela estrada União-Indústria e pela BR-040, desenvolve-se um outro eixo alicerçado na indústria e nas atividades ligadas ao turismo e ao veraneio, numa das maiores densidades de “urbanidades” de todo o estado fluminense.
4. Finalmente, um último eixo expande-se ao longo da Rodovia Rio-São Paulo alcançando o Médio Paraíba em Resende e Itatiaia. O crescimento da atividade industrial (siderúrgica, metal-mecânica, automobilística) juntamente com o turismo (hotéis-fazenda) e veraneio respondem pelos elevados índices de população urbana e pelas urbanidades nesses municípios. Nessa parte do estado, a expectativa de encontrar trabalho nas atividades referidas tem direcionado fluxos

populacionais para áreas urbanas já estabelecidas e criado movimentos diários entre pequenos aglomerados (núcleos-dormitório) e as cidades de maior porte que mais vivenciam aquele crescimento.

Trata-se de um eixo em forte expansão graças aos recentes investimentos nele efetuados (Michelin, Procter & Gamble, Volkswagen) que se somam aos já existentes.

A ideia de estabelecer esses eixos prende-se mais ao conhecimento empírico dessas áreas do que, propriamente, ao demonstrado pelos dados estatísticos a nível municipal. Seria preciso trabalhar com setores censitários (como estamos tentando) para comprovar estatisticamente tal desenho espacial. Não há grandes diferenças nos percentuais de população urbana dos municípios que fazem parte dos “eixos” e os dos seus vizinhos, fora deles. Entretanto, com base em diversos trabalhos de campo, observou-se que há marcantes diferenças entre a densidade da urbanização observada ao longo desses “eixos” e aquela que vigora fora deles. Os exemplos são inúmeros. Ao longo da rodovia Teresópolis-Friburgo, aquela densidade é muito elevada, mas se dilui quando se utiliza a base municipal para análise. O mesmo se repete nos outros eixos. No Norte-Fluminense está em definição um novo “eixo” (que se situa dentro de um mesmo município – Campos, e que, por isso, não se configura como um eixo semelhante aos demais, como os outros então observados), na “Estrada do Açúcar”, que liga Campos a São Tomé, onde elevada densidade de urbanização se percebe na paisagem, sem, entretanto, ser captada pelos dados estatísticos, já que diluída nos totais de um grande município.

Fora desses eixos ainda ocorre uma urbanização formal que passa pela atuação das prefeituras em consonância/dissonância com o IBGE quando transformam, permanentemente, núcleos nitidamente rurais em aglomerados urbanos (sempre com a intenção de ampliar a cobrança do IPTU, no caso das prefeituras). Esta situação é vivida por, praticamente, todas as áreas do estado principalmente naquelas fora daqueles eixos de mais expressiva urbanização. Este movimento de urbanização formal foi intensificado a partir da segunda metade dos anos oitenta motivado pela descentralização de recursos para a órbita municipal ligada aos novos princípios tributários da Constituição de 1988.

No Estado do Rio de Janeiro, entre 1986 e 1998, criaram-se 28 novas municipalidades. Esse intenso processo de fragmentação administrativa contou, no estado, com um fator, a mais, que o acelerou. Foi a nova forma de distribuição dos *royalties* pela Petrobrás, abrangendo, com maiores ou menores valores, praticamente todos os municípios do estado. Como esses recursos tinham destinação definida (obras de infraestrutura, educação, saúde) mas tornaram-se de utilização mais flexível, pode-se imaginar o quanto têm representado como suporte à ação das prefeituras, já que, em muitos casos, constituem cifras superiores ao restante da arrecadação. Todo este quadro nos remete a um forte movimento de difusão de inovações transformadoras, as “urbanidades” que precedem a urbanização formal.

Cada vez mais, como já vimos, multiplicam-se as análises que demonstram a dificuldade de conferir ao rural e ao urbano valor em si mesmos, como realidades distintas, criticando-se, veementemente a validade desse corte pois que ocorre uma crescente indiferenciação quanto à residência e às atividades da população rural. Há um outro rural que emerge deste complexo processo de interação com o urbano e que assume diferentes feições nas diversas regiões do Estado do Rio de Janeiro sem que se perceba a dissolução do agrário ou tendência à transformação homogeneizadora dos espaços.

Concorda-se com Marafon (2010, p. 233) quando escreve que “há muito mais mudanças do que permanências no espaço rural fluminense”. Diz o autor que as permanências seguem o padrão brasileiro (concentração fundiária, precariedade nas relações de trabalho e conflitos pela posse da terra). As mudanças estariam mais relacionadas à valorização do espaço rural pelos cidadãos (como moradores permanentes ou em segunda residência), com a valorização da terra e das atividades não-agrícolas, havendo uma crescente complexificação das relações urbano-rural e cidade-campo.

Considerações Finais

1. Em Rua (2007, p. 293) destacou-se que a forte especulação imobiliária, presente em quase todo o estado, gera um movimento de exclusão do acesso à terra por conta de seu alto preço, demonstrando, mais uma vez, o predomínio da escala do valor de troca sobre a do valor de uso – estabelecendo territorializações (e desterritorializações) conflitantes

integradas pela lógica da metropolização do espaço que comprometem a própria produção agrícola.

É preciso uma política de subsídios às atividades agrícolas e agropecuárias, particularmente dos diversos tipos de produtores familiares para que possam permanecer como agricultores vinculados à terra, mesmo que integrando-se, também, a atividades não-agrícolas.

Da mesma maneira que se fala do direito à cidade, poderia se falar de direito ao urbano no rural (não são ideias correspondentes, é bom lembrar), entendendo-se esse urbano no rural como acesso aos bens de consumo coletivos e às melhores condições de vida que caracterizam muitos setores da cidade, e aos códigos metropolitanos, sem renunciar aos valores rurais que, ademais, também estão sendo buscados nas cidades como valor agregado à qualidade de vida. Enfim, pleiteiam-se melhores condições de vida para todos os habitantes das cidades e das áreas rurais, diminuindo as clivagens sociais, nem que para isso seja preciso mudar o modelo sócio-político-econômico. Que isto se coloque no horizonte.

2. A escala da metropolização, desvalorizando e revalorizando as culturas locais, promove conflitos entre os movimentos de desterritorialização e a busca de permanente reterritorialização. Como já foi escrito as mudanças nos calendários agrícolas, em função da estação de veraneio e de mais intenso fluxo de turismo, e a ressignificação das tradições (cada vez mais vendidas como mercadorias) são apenas evidências dessas radicais transformações.

É necessária uma política de intervenção nessa dimensão cultural-simbólica, não como mercantilização da cultura local mas como resgate da identidade local evitando ou contornando os problemas/conflitos estabelecidos entre a desterritorialização imposta e a permanente reterritorialização.

3. Uma concertação nas ações reguladoras de órgãos oficiais – IBAMA, IEF, INCRA, prefeituras, com o intuito de minimizar os conflitos com as populações “tradicionais” (pescadores e pequenos produtores agrícolas, evitando uma desigual aplicação da legislação).
4. Medidas reguladoras capazes de diminuir o ímpeto da especulação fundiária urbana e, principalmente, nas áreas rurais o que cria crescentes dificuldades à prática da agricultura.
5. Intervenções variadas ao longo dos eixos apresentados nesta pesquisa para ordenar a ocupação do solo, considerando a multidimensionalidade do espaço geográfico, isto é, as interações físico-sociais.

Estes pontos levam-nos de volta à discussão inicial. Um espaço marcado por tão forte metropolização como é o do Estado do Rio de Janeiro não tem possibilidades de, baseando-se em critérios normativos, presos à

malha municipal, alcançar os intrincados movimentos de construção de novas territorialidades em áreas rurais. Sem uma solução objetiva a propor, entendemos que a perspectiva de urbanidades no rural pode iluminar os debates que se mantêm acesos e dos quais se participa, investigando o real que conduz a nossa reflexão. Nunca é demais lembrar que os eixos evidenciam o processo de interiorização da metropolização (e seus múltiplos atributos) compreendido como a estratégia atual do capital, sob a forma de investimentos de natureza diversa, ao serem realocados em lugares fora da metrópole e da Região Metropolitana, onde as “atrações” dos atores e agentes locais oferecerem vantagens competitivas em relação a outros lugares. Esse processo baseia-se também numa capacidade de exercício da “chantagem locacional” por parte dos atores e agentes hegemônicos com relação aos lugares, numa relação assimétrica que se constituirá numa poderosa “urbanidade no rural”, sentido geral da nossa reflexão. O que desejamos com a ideia de urbanidades no rural é evidenciar essa estratégia do capital que integra, cada vez mais, o espaço (urbano e rural) fragmentariamente em escalas diversas: aquela mais geral da mercadoria e das relações de troca, que se difunde por todo o território fluminense, e a escala local onde se combinam os elementos da escala geral e aqueles específicos do lugar, muitas vezes como leituras particulares dessa escala mais geral. Assim, podem coexistir no lugar relações capitalistas e relações não-capitalistas integradas na mesma lógica geral. Por isso se buscaram os exemplos do preço da terra e das relações de trabalho e com a terra na área em estudo. O que um meeiro de Sebastiana – pequena localidade de Teresópolis – tem em comum com as urbanidades no rural e com o desenvolvimento desigual e combinado, instrumento e base da reflexão aqui apresentada? Está sujeito (e integrado) à lógica geral da metropolização do espaço na qual está submetido a escalas supralocais (que definem o preço das mercadorias e dos insumos, por exemplo) e sofre os efeitos da constante elevação dos preços das terras (o que o afasta da possibilidade de se vincular permanentemente à terra). Além disso tem seu cotidiano alterado pelas inovações que chegam e a ele são apresentadas, o que o coloca em situação de difícil definição: ao mesmo tempo

que deseja mais inovações (algumas nem deseja...) vê-se, cada vez mais integrado a redes de poder nas quais pouco pode exercer sua autarquia (se for pequeno proprietário) ou pouco pode resistir ao sentido geral da mercantilização, muitas vezes sendo “empurrado” para estratégias de sobrevivência familiares, tais como a pluriatividade ou o trabalho a domicílio.

A Geografia tem se ocupado tradicionalmente da organização do espaço. Nas últimas décadas tem se incorporado o estudo das práticas espaciais que nele se realizam. Quer dizer: há uma tradição de ordem, de formalismo e ordenamento à qual vem se agregando a perspectiva do inesperado, “subversivo”, não formal. Integram-se múltiplas dimensões.

O estudo das urbanidades no rural tenta resgatar essa multidimensionalidade do espaço geográfico e coloca os pesquisadores frente às contradições que a espacialidade contemporânea explicita (para a cidade e para o campo; para o urbano e para o rural). As contradições se evidenciam como desafios acadêmicos que devem dar respostas aos conflitos (abertos ou latentes), fruto de uma lógica concentradora na dispersão, segregadora (em todas as dimensões), expropriadora (do trabalho e da terra) e que, ao valorizar o consumo (na cidade e no campo) em detrimento da produção, conduz a uma inclusão precária e forçada, com fortes repercussões espaciais.

Deve-se tentar analisar a importância dos lugares na organização dos diversos movimentos sociais como bases onde se manifestam as múltiplas relações de poder em formas de dominação ou de resistência. O espaço, transformado em território, pelas práticas espaciais de seus habitantes, nas relações entre eles e com os “de fora” (explicitadas em relações de poder), não é apenas domínio de quem o administra, ordena e controla utilizando representações do espaço mas, também, da interação dinâmica e fluida entre o local e o global, o individual e o coletivo, o privado e o público e entre a resistência e a dominação, Ele está em permanente devir.

Referências

ACSELRAD, Henri; BEZERRA, Gustavo das Neves. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais no Brasil contemporâneo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE

PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 13., Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPUR, 2009. Sem paginação.

AE – Agência Estado. Preço da terra bate recorde no Brasil. **Estadão**, São Paulo, 6 fev. 2011. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,preco-da-terra-bate-recorde-no-brasil,53897,0.htm>>. Acesso em: 7 fev. 2011.

CARNEIRO, Maria José. Agricultura, meio ambiente e turismo: desafios para uma agricultura multifuncional (Nova Friburgo, RJ). *In*: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

_____. (Coord.). **Ruralidades Contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012.

CASTORIADIS, Cornelius. **As Encruzilhadas do Labirinto III**: os domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

DAVIDOVICH, Fany. Estado do Rio de Janeiro: singularidade de um contexto territorial. **Território**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 9, jul.-dez. 2000, p. 9-24.

DEMATTEIS, Giuseppe. Suburbanización y periurbanización: ciudades anglosajonas y ciudades Latinas. *In*: MONCLUS, J. F. (Org.). **La ciudad dispersa**: suburbanización y nuevas periferias. Barcelona: CCCB, 1998.

DIÁRIO OFICIAL [DO] ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Poder executivo, 7 ago. 2009.

DIÁRIO OFICIAL [DO] ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Poder executivo, 24 set. 2012.

EGLER, Cláudio A. G. Preço da terra, taxa de juro e acumulação financeira no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 5, n. 1, jan.-mar. 1985. P. 112-135.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p. 6774-6792.

HARVEY, David. **Justice, nature and the Geography of difference**. Oxford: Blackwell, 1996.

HARVEY, David. **Spaces of global capitalism**. Londres: Verso, 2006.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **La présence et l’absence**. Paris: Casterman, 1980.

_____. **La production de l’espace**. Paris: Maspéro, 1986.

_____. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONI, Sandra. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. *In*: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Orgs.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2003.

MARAFON, Gláucio. Permanências e mudanças no campo: transformações no espaço rural fluminense. *In*: SANTOS, A. M. S. P.; MARAFON, G. J.; SANT'ANA, M. J. G. **Rio de Janeiro: um olhar socioespacial.** Rio de Janeiro: Gramma, 2010. p. 225-242.

MARTINS, José de Souza. Introdução: as coisas no lugar. *In*: MARTINS, J.S (Org.). **Introdução crítica à Sociologia Rural.** São Paulo: Hucitec, 1981.

MASSEY, Doreen. O sentido global do lugar. *In*: ARANTES, Antonio A. (Org.). **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 2000.

_____. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MOORE, Adam. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. **Progress in Human Geography**, Londres, v. 32, n. 2, 2008. p. 203-225.

MOREIRA, Ruy. Campo e cidade no Brasil contemporâneo. *In*: SIMPÓSIO INTERFACES DAS REPRESENTAÇÕES URBANAS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO, São Paulo. **Conferências...** São Paulo: USP, 2005. p. 1-9. Disponível em <www.sescsp.org.br/sesc/conferencias/subindex.cfm?Referencia=3687&ID=221&ParamEnd=6&autor=3259>. Acesso em: 15 ago. 2012.

NATAL, Jorge Luiz Alves. Inflexão econômica e dinâmica espacial pós-1996 no estado do Rio de Janeiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, ano 14, n. 3, set.-dez. 2004. p. 71-90.

PELUSO, Nancy Lee & LUND, Christian. New frontiers of land control: introduction. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 4, out. 2011. p. 667-681.

POULLE, François ; GORGEU, Yves. **Essai sur l'urbanité rurale: cinq territoires ruraux, leurs sérments et leurs modes de gouvernement** Paris : Syros, 1997.

RIO DE JANEIRO : político, didático, rodoviário, escolar. Rio de Janeiro: Trieste, 2005. 1 mapa. Escala 1:400.000.

RUA, João. Urbanidades e Novas Ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: Algumas Considerações Teóricas. *In*: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppel (Orgs.). **Estudos de geografia fluminense.** Rio de Janeiro: Infobook, 2002. p. 27-42.

_____. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da Anpege**, Fortaleza, ano 2, n. 2, 2005. p. 45-66.

_____. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 1, n. 1, fev. 2006. P. 82-106.

_____. As crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais. *In*: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 271-298.

_____. Continuidade ou ruptura na expansão da metrópole para além de seus limites formais: urbanidades no rural? *In*: RANDOLPH, R.; SOUTHERN, B. (Orgs.). **Expansão metropolitana e transformações das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina**. São Paulo: Max Limonad., 2011. p. 186-201.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEBRAE/RJ; EMATER-RIO; FAERJ. **Reconstruir Região Serrana rural: relatório 2011**. Rio de Janeiro, 2011.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual, natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. *In*: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.

WOODS, Michael. **Rural Geography: processes, responses and experiences in rural restructuring**. London: Sage, 2005.

_____. Engaging the global countryside: globalization, hybridity and the reconstitution of rural place. **Progress in Human Geography**, Londres, v. 31, n. 4., 2007. p. 485-507.

_____. Rural Geography: blurring boundaries and making connections. **Progress in Human Geography**, Londres, v. 33, n. 6, 2009, p. 849-858.

_____. Rural Geography III: rural futures and the future of Rural Geography. **Progress in Human Geography**, Londres, v. 36, n. 1, 2012. p. 125-134.

Recebido em julho de 2012; aceito em setembro de 2012.